

Sergio Lessa

CADÊ OS OPERÁRIOS ?

© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Diagramação: Luciano Accioly Lemos Moreira e Sérgio Lessa

Revisão: Andréa Pereira Moraes

Capa: Luciano Accioly Lemos Moreira e Maria Cristina Soares Paniago

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia (parcial ou total), distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao autor; 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1ª edição: Instituto Lukács, 2014

INSTITUTO LUKÁCS
www.institutolukacs.com.br
institutolukacs@yahoo.com.br

Sergio Lessa

CADÊ OS OPERÁRIOS ?

1ª edição
Instituto Lukács
São Paulo, 2014



A julinha, minha sobrinha mais capeta.



SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I	13
Uma classe operária peculiar	13
O capital monopolista e o Imperialismo	16
Capítulo II	27
De volta ao Brasil	27
Capítulo III	31
Getúlio Vargas: o novo Brasil não tão novo	31
Crise estrutural e “desenvolvimentismo” petista	37
Capítulo IV	43
A “nossa” aristocracia operária e o capital	43
As conseqüências para a classe operária	45
Uma democracia “moderna”	55
Capítulo V	71
Cadê a classe operária?	71
E agora?	77
Bibliografia	85



Introdução

Há não muito tempo, um grupo de três ou quatro jovens militantes de um dos agrupamentos da esquerda nacional mais próximo ao movimento camponês e popular tomou a heroica decisão de se aproximar dos proletários. Foram visitar, pela mão dos cutistas, a linha de montagem de uma montadora automobilística em São Bernardo.

– Os caras trabalham com jalecos, roupas limpas, pouco barulho, atividades muito especializadas... Os operários não são mais aquilo que Marx conheceu, são “meio engenheiros”.

As consequências foram imediatas: sem a classe operária “do Marx”, a estratégia da revolução proletária estava ultrapassada. Restava o caminho petista ao “desenvolvimentismo” nacional. Não é preciso continuar a história para que se saiba o seu desenlace: entraram para o PT e para a CUT.

Ainda que não do mesmo modo, a questão é colocada com frequência: se a classe operária (na acepção de Marx, aquela classe que, com seu trabalho manual, “produz” o capital ao transformar a natureza em meios de produção e de subsistência¹) é o sujeito revolucionário, por que não comparece nas lutas do dia a dia como o inimigo de classe da burguesia? Por que, ao contrário, se associou à grande

¹ Sobre essa caracterização de proletariado por Marx e como ela se articula com sua descoberta do trabalho como a categoria fundante do ser social, em Lessa, 2011; 2007a e Lessa e Tonet, 2012.

Cadê os operários ?

burguesia financeira (fundos de pensão etc.), e suas lideranças podem se vangloriar em público dos lucros inéditos que os patrões alcançam sob seus governos? Por que os operários, hoje, são a base eleitoral e sindical do PT, o partido que representa a convergência dos interesses de todas as parcelas do grande capital?

Na aparência, mas apenas nela, é como se houvéssimos retornado àqueles momentos da Revolução Francesa ou das Revoluções de 1848-52 (lembrem-se de que a história acontece duas vezes, a primeira como tragédia e a segunda como farsa?), nos quais o que predominava na política nem eram os bravos e autênticos representantes das classes reacionárias, nem os legítimos e heroicos representantes dos trabalhadores, mas sim o “pântano”. Ou seja, aqueles reacionários medíocres o suficiente para não terem sido exterminados quando do avanço da revolução e aqueles medíocres representantes dos trabalhadores, tão inofensivos que a reação nem sequer se deu ao trabalho de liquidá-los. Levando-se em conta uma brutal diminuição da escala, pois de Revoluções involuímos para eleições, os “no poder”, hoje, nem são autênticos burgueses (pois destes são servidores) nem são trabalhadores (pois destes são traidores).

O que está ocorrendo? Será (cá entre nós e sem que ninguém nos ouça) que a classe operária continua existindo e ainda é o sujeito revolucionário? Será que o sujeito revolucionário “de Marx” existe? A revolução proletária e o comunismo são possíveis? Nesse conjunto de questões, há dois aspectos interligados. O primeiro envolve a classe operária e a história do movimento dos trabalhadores em escala planetária. Nessa história, a social-democracia e o stalinismo jogam papel de relevância na atual desmobilização dos trabalhadores. O segundo aspecto diz respeito mais diretamente às particularidades e peculiaridades da classe operária brasileira. Trataremos predominantemente do segundo aspecto; o primeiro apenas será tocado quando imprescindível para esclarecermos o desenvolvimento da classe operária no Brasil.

Antes, porém, uma palavra de advertência. Muitas vezes escrevemos sobre questões que estudamos por muito tempo: escrevemos porque é nosso dever. Outras vezes escrevemos porque não há texto que trate da questão como nos parece apropriado, ainda que não tenhamos investigado o tema a fundo. No primeiro caso, escrevemos porque acumulamos algum conhecimento; no segundo caso, escrevemos porque se faz necessário, política e ideologicamente. Há uma grande diferença entre os dois tipos de escrito. O segundo se aproxima mais de uma opinião do que de uma posição teórica sólida e articulada. A sua forma, o ensaio, também é mais frouxa e menos

Sergio Lessa

rigorosa. O que se segue é muito mais o segundo do que o primeiro caso: o leitor fique desde já advertido!

Alguns agradecimentos devidos. Maria Augusta Tavares, Alfonso Klein e Haideé Rodrigues forneceram informações e dados sem os quais este texto não teria sido possível. Ainda que sem um contato pessoal, as investigações de Fernando M. Heck sobre os trabalhadores no oeste do Paraná foram de grande valia. Eventuais equívocos ou deduções indevidas, claro está, são de inteira responsabilidade minha.



Capítulo I

Uma classe operária peculiar

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu de modo bastante peculiar. A Acumulação Primitiva do Capital (1500-1780) que, na Inglaterra e na Europa, pelo desenvolvimento das relações mercantis, pela evolução das manufaturas até as indústrias, conduziu à gênese e ao desenvolvimento da burguesia e da classe operária – esse mesmo processo redundou, em países como o Brasil, em consequências muito diversas. Deu origem a uma classe dominante articulada ao comércio internacional pela exploração dos latifúndios monocultores (e, mais tarde e por extensão, das riquezas naturais em geral), com intensa utilização de força de trabalho (escravos, no início, assalariados miseráveis até hoje) – uma classe dominante que sempre foi parceira do grande capital internacional na exploração dos trabalhadores e na espoliação das riquezas naturais. Uma das marcas dessa classe é ser dura e autocrática para os “de baixo” e subserviente com os poderosos de além-mar. A subserviência para com os “de cima”, quando se trata das classes dominantes de países coloniais, é complementada pela extrema violência para com os “de baixo”. Nosso país não foi uma exceção.

Até entrarmos no século 20, ou seja, por cinco séculos, essa estrutura de classes evoluiu, mas não se alterou fundamentalmente. Do ciclo da cana-de-açúcar (1530-1680), passando pelo ciclo do ouro (1690-1780), até o primeiro meio século do ciclo do café (1830-1880), a facção da oligarquia que predominava na política nacional

Cadê os operários ?

(a nordestina, a carioca etc.) se alterou, mas as relações de produção permaneceram essencialmente as mesmas: escravos ou trabalhadores assalariados miseráveis que produziam para a acumulação no centro da economia mundial e, também, dos sócios nacionais do grande capital internacional, os oligarcas. Para a maior lucratividade do capital, além da explorar os escravos e demais trabalhadores, também convertiam as riquezas produzidas pela natureza (Marx, 1983:50-51) em mais-valia: a destruição da natureza é sinônimo da produção a baixo custo de matérias-primas e bens primários desde a Colônia até hoje. Talvez não tivéssemos, então, a pior distribuição de renda entre todas as nações do planeta, mas estávamos lançando as bases para alcançar esse recorde no futuro: a riqueza produzida se concentrava com a burguesia europeia e, em menor porção, com a oligarquia nacional.

A classe dominante brasileira surgiu e se desenvolveu articulada ao mercado mundial, mais especificamente, ao desenvolvimento do comércio internacional de bens primários e matérias-primas. Sempre viu com os melhores olhos o desenvolvimento do capitalismo mundial e da correspondente e desigual divisão internacional do mercado: países que produzem as matérias-primas baratas, que são fonte de mais-valia absoluta para os países que se industrializam. O permanente déficit dos países exportadores de matérias-primas para com os países exportadores de produtos industrializados será, apenas, um efeito colateral – certamente desconfortável, mas não insuportável – para as oligarquias. Seus lucros quase nunca foram comprometidos; terão, apenas, de compensar o déficit com uma cada vez mais intensa exploração dos trabalhadores. Embora articulada ao capitalismo mundial e ao seu desenvolvimento, embora coincida com os interesses da burguesia europeia no desenvolvimento da indústria nos centros capitalistas, será uma classe com insuperável, como diziam, “vocação agrícola”. A tese dos liberais de que cada nação, ao se especializar no que produz melhor, faria com que todos produzissem mais e mais barato, promovendo, deste modo, a prosperidade universal, ganhou o coração e as mentes dos nossos oligarcas tão logo articulada pelos clássicos dos séculos 17 e 18. Bem mais à frente, essa íntima ligação das oligarquias com o capital internacional será liminarmente expressa no *slogan* “O que é bom para os EUA, é bom para o Brasil”.

Ainda que articulada ao capital, ainda que acumulando suas riquezas pela mediação do mercado mundial, ou seja, ainda que seja uma classe social cuja propriedade privada se vincula ao que de mais avançado e moderno havia na economia mundial entre 1500 e 1900,

é uma classe dominante que se oporá com todas as suas forças à nossa industrialização. Nisso, também, ela coincide com os interesses do capital internacional: não apenas Delmiro Gouveia não terá futuro entre nós, como ainda jogamos papel decisivo em impedir que uma nação como o Paraguai se industrializasse. Em nossas fronteiras, apenas podemos aceitar oligarquias que, cada uma ao seu modo, reproduzam o essencial da relação da nossa oligarquia com o capital internacional. Os paraguaios até hoje sofrem as consequências deste fato – e Itaipu é o maior símbolo (em tamanho físico e em significado histórico) dessa “obra” da classe dominante brasileira.

Os trabalhadores, com o desenvolvimento dessas relações de produção, eram escravos, ao lado de trabalhadores rurais, meeiros e alguns poucos assalariados. Ou, ainda, artesãos de todos os tipos e pequenos proprietários que produziam para um mercado interno, o qual, nessas condições, não poderia nem ser grande, nem crescer. Como ocorre em todas as sociedades de classe, as revoltas foram muitas. Várias foram as revoltas de trabalhadores aliados às oligarquias locais; outras vezes, tal como no Quilombo dos Palmares, as oligarquias participaram apenas de sua repressão. Apesar das grandes diferenças entre elas, possuem em comum o fato de não terem a potência necessária para quebrar a essência do desenvolvimento das relações capitalistas em nosso país: uma economia voltada à produção de mais-valia para ser apropriada pelo capital internacional e pelos seus sócios internos, a oligarquia brasileira.

Portanto, em países como o Brasil, na periferia do sistema do capital, durante a Acumulação Primitiva, o desenvolvimento das classes sociais não se dirigiu para a gênese e o desenvolvimento de uma burguesia e de um proletariado, mas para a constituição de uma oligarquia ligada à terra e de escravos, serviçais, trabalhadores rurais e artesãos que, mesmo quando assalariados, distantes estavam da constituição de classe dos trabalhadores dos países mais desenvolvidos.

A passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista (1870-71) e o início do Imperialismo a ela associado, impuseram à produção de mercadorias no Brasil novas exigências que se condensavam na necessidade de ampliação da exploração dos trabalhadores. Foi preciso não apenas modernizar as relações de produção para possibilitar uma maior extração da mais-valia, como ainda foi necessário multiplicar a escala da produção. A República Velha e o café em São Paulo foram os primeiros movimentos de adaptação do Brasil às novas exigências do capital monopolista.

Cadê os operários ?

Antes, porém, de passarmos ao exame dessa fase do desenvolvimento do Brasil, é preciso que discutamos brevemente a mais-valia relativa e suas consequências para a evolução do proletariado².

O capital monopolista e o Imperialismo

Se a Acumulação Primitiva é a razão de existir do Brasil Colônia, a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista será o momento predominante na trajetória do Brasil República.

Com a Revolução Industrial, o desenvolvimento das forças produtivas possibilitou à humanidade superar a carência. A produção tornou-se maior do que a necessária para atender às necessidades de todas as pessoas do planeta. A ironia da história é que a abundância, o sonho bíblico do maná finalmente tornado real, conduziu a crises sucessivas que travavam o desenvolvimento das forças produtivas. A causa básica de tais crises é que, com a abundância, a oferta de mercadorias torna-se maior do que a procura, e os preços tendem a cair, inviabilizando a produção. As crises cíclicas nada mais são do que a manifestação de que a abundância inviabiliza o mercado. A burguesia, após a Revolução Industrial, tem de conviver com a inconveniência de a acumulação de sua riqueza conduzir inevitavelmente a crises sucessivas que prejudicam até mesmo a reprodução do capital.

Essa é a razão básica para, desde o final da Revolução Industrial (1830) até hoje, haver mais anos de crise do que de prosperidade econômica.

As crises cíclicas, por sua vez, tendem a se tornar cada vez mais avassaladoras. Nos períodos de crise, mais do que nos de expansão, o grande capital tende a absorver o pequeno. As pequenas e médias empresas são as primeiras a quebrar. A tendência é uma concentração do capital que possibilita investimentos cada vez maiores nos períodos de retomada da economia – o que conduz, por sua vez, a crises envolvendo um capital social total crescente e mais concentrado, ou seja, a crises de proporções cada vez maiores.

Uma das muitas maneiras de postergar o início das crises e amenizar seus efeitos quando elas se tornam inevitáveis tem sido am-

² O tema foi mais longamente exposto em *Capital e Estado de Bem-Estar* (Lessa, 2013), especialmente no Capítulo V.

pliar artificialmente o consumo, uma tendência que atinge níveis paradoxais nos dias em que vivemos. O complexo industrial-militar, com sua gigantesca capacidade de destruir o fruto do trabalho, é a expressão concentrada dessa tendência. Outra maneira, importante para este ensaio, foi ampliar a extração da mais-valia por uma combinação superior e mais articulada entre a mais-valia absoluta e a relativa.

Dito assim, parece mais complicado do que de fato é.

A apropriação do trabalho excedente pelo capital ocorre pela mediação da mais-valia. Dada a concorrência inerente ao modo de produção capitalista, é também a ele inerente a necessidade de sempre ampliar o trabalho excedente. Há duas formas dessa ampliação: a forma absoluta e a relativa. A forma absoluta, ou mais-valia absoluta, é a ampliação da jornada de trabalho, mantendo-se o mesmo salário ou, então, a redução do salário, mantendo-se a mesma jornada. Essa é a forma básica, fundante, sempre presente, de ampliação do trabalho excedente apropriado pelo capital.

Muito cedo no desenvolvimento do capitalismo surgiu, também, a outra forma, pela redução do valor da força de trabalho. Isso possibilita que uma maior proporção da riqueza produzida pelo operário componha a mais-valia. A redução do valor da força de trabalho pode se dar pelo aumento da capacidade produtiva do trabalhador (uma tecnologia mais avançada etc.) ou, então, pela queda no valor das mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho. Em ambos os casos (quer pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho, quer pela redução do seu valor devido à queda do valor das mercadorias que entram em sua reprodução), uma maior parcela da riqueza produzida será apropriada pelo burguês, a mais-valia relativa³.

Não há um abismo entre as mais-valias relativa e absoluta (Marx,

³ “Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento das forças produtivas tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los” (Marx, 1983:251). Na sequência, Marx fornece o exemplo de “uma camisa”. Em *A miséria da filosofia*, Marx já escrevia com todas as letras: “Sem dúvida, se o preço de todas as mercadorias se reduz – e esta baixa é a consequência necessária do livre-câmbio –, eu posso comprar por um franco muito mais coisas que antes. E o franco do operário vale tanto como qualquer outro. Portanto, o livre-câmbio será muito vantajoso para o operário. Aqui, há somente um pequeno inconveniente: é que o operário, antes de trocar o seu franco por outras mercadorias, tem, primeiro, de trocar o seu trabalho contra o capital” (Marx, 1985b:189).

Cadê os operários ?

1985:105-112). Como o que importa para o burguês é o seu lucro, e não a classificação como relativa ou absoluta da mais-valia que expropria de seus trabalhadores, é frequente uma combinação entre as duas maneiras de ampliação da mais-valia, tanto nas empresas tomadas isoladamente, como em setores econômicos como um todo (ramos industriais ou agricultura). Ainda que as formas germinais dessa combinação entre as mais-valias absoluta e relativa possam ser encontradas antes, foi com a passagem do capital concorrencial ao capital monopolista, ao redor de 1870, que ela se generalizou e revelou a sua importância para a reprodução do capital.

O processo de concentração do capital fez com que, a partir da crise de 1870-71, as principais economias capitalistas passassem a ser dominadas pelos grandes grupos econômicos: adentramos o capitalismo monopolista. São os cartéis, monopólios etc. fazendo a sua entrada em cena de modo triunfal. Enquanto existir capitalismo, será em suas mãos (e das suas formas contemporâneas mais desenvolvidas e poderosas) que repousará o leme da economia mundial.

O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação dos mercados, e um poder de pressão sobre o Estado incomparável com qualquer fortuna burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos Estados nacionais. Agora, “os negócios do conjunto da burguesia” têm possibilidade de empregar o “comitê encarregado”⁴ de administrá-los (o Estado) de modo muito mais imediato que no capitalismo concorrencial. Crescem tanto a intervenção do Estado na economia quanto o emprego do poderio militar nacional para decidir a concorrência internacional entre os grandes cartéis e monopólios – a concorrência entre os grandes capitais tende a se converter em disputas bélicas entre países. Da Partilha da África Negra (a divisão do continente africano subsaariano entre as potências europeias na virada do século 19 para o século 20 (Brunschwig, 1974)) às duas Grandes Guerras; da Coreia e Vietnã ao Iraque e Afeganistão, a política externa dos Estados sempre é impulsionada pelos monopólios e cartéis. É o Imperialismo (Lenin).

Esse predomínio dos cartéis e monopólios sobre o Estado está associado a outro fenômeno. Por suas necessidades próprias, a expansão industrial faz surgir produtos mais refinados, com tecnologia superior, que 1) requerem a produção de matérias-primas, compo-

⁴ No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels definem o Estado como “o comitê encarregado de administrar os negócios do conjunto da burguesia”.

nentes, energia etc. com uma força de trabalho rudimentar e menos especializada. O crescimento dessa parcela mais rude dos operários é incrementado, ainda, pelo fato de que a tecnologia mais desenvolvida também simplifica as operações no processo produtivo, o que amplia o emprego de mulheres e crianças; 2) por outro lado, técnicas e processos de trabalho mais avançados ampliam a demanda por alguns poucos trabalhadores especializados, imprescindíveis a alguns nódulos do processo de produção (a distinção entre os ferramenteiros e o restante dos “peões” nas metalúrgicas fordistas etc.). Os salários desse setor tendem a ser os mais elevados de toda a cadeia produtiva.

Ao lado dessa distinção entre operários especializados e a massa proletária, atua um mecanismo ainda mais profundo e com consequências mais duradouras. A mera expansão industrial, com a concentração de capitais e o crescimento dos centros urbanos, espontaneamente cria um inédito mercado consumidor de produtos de primeira necessidade (roupas, comidas, remédios, construção civil, equipamentos domésticos etc.) e gera uma nova demanda por serviços (abastecimento de água, transporte, segurança, lazer, manutenção doméstica, saúde etc.). Enquanto a concentração de capital não atingiu seu patamar monopolista e as tendências que conduzem às crises cíclicas ainda não se intensificaram o suficiente, os investimentos na produção de bens de primeira necessidade e nos serviços eram de pequena monta. Isso se alterou na passagem para a fase monopolista, quando a produção de bens de primeira necessidade e os serviços passaram a ser lucrativos e receberam inversões cada vez maiores. Uma nova fonte de mais-valia absoluta se desenvolveu em um setor que, anteriormente, tinha o consumo atendido por artesãos ou pequenas empresas, quando não pelo trabalho doméstico (roupas, remédios etc.). Ao mesmo tempo, o valor dos bens de primeira necessidade (agora industrializados) e dos serviços (agora fornecidos em larga escala) tende a diminuir, reduzindo proporcionalmente a porção da jornada destinada à reprodução da força de trabalho. A industrialização dos bens de primeira necessidade e os serviços fornecidos em larga escala levam à queda do valor da força de trabalho e ampliam, portanto, a mais-valia relativa (Marx, 1983:249-255). Em poucas palavras, o sistema do capital se revitalizou ao contar, por meio da industrialização da produção dos bens de primeira necessidade e serviços em larga escala⁵, com uma nova

⁵ O barateamento dos serviços que entram na reprodução da força de trabalho será a função primordial das políticas públicas. Não por acaso Bismarck é um ino-

Cadê os operários ?

fonte de mais-valia absoluta que, de quebra, ainda potencializa a extração da mais-valia relativa.

Essa articulação entre a mais-valia absoluta e relativa será incrementada pela expansão imperialista. O acesso a fontes mais baratas de matérias-primas e energias já era, por si só, uma importante nova fonte de mais-valia absoluta. Todavia, ainda possibilita a produção de bens de primeira necessidade com menor custo, ampliando assim o poder de compra dos operários dos países imperialistas. Não apenas a burguesia mas, também, parcela dos trabalhadores, tiram vantagens da brutal exploração dos trabalhadores das colônias. Quanto mais baratos os produtos coloniais, melhor para eles! Um setor dos operários e dos trabalhadores, principalmente aquele mais especializado e com melhores salários, com maior tradição de luta e experiência política, passou a participar de um mercado consumidor em expansão e se aliou à burguesia na defesa das políticas imperialistas. O desenvolvimento dessa aliança aprofundou a cisão no seio do proletariado: de um lado, aquela parcela que tem acesso ao mercado consumidor, e do outro lado, a massa de operários e trabalhadores nos países imperialistas e nas colônias que produzem desde as matérias-primas até os “meios de subsistência costumeiros” (Marx, 1983:251). Quanto menor o custo de produção desses bens (portanto, também quanto menor a remuneração dos operários e trabalhadores desses setores), maior o acesso ao mercado dos assalariados de maior poder aquisitivo.

Em todos os países que se industrializaram surgiu um setor operário mais especializado, com ganhos melhores, maior capacidade de articulação e ação política devido à sua maior cultura e melhor formação profissional, ao lado de um outro setor, mais numeroso, composto por trabalhadores não especializados, muitas vezes por mulheres e crianças, com menos estabilidade no emprego, menor consciência política e menor capacidade de organização.

Próximo do final do século 19, Engels já constatava como esse setor da classe operária tendia a ser um aliado da burguesia, e o denominou de aristocracia operária. Lenin, no Prefácio às edições francesa e alemã de *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, definiria deste modo a aristocracia operária:

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II

vador e pioneiro nessa área. Sobre isso, cf. Lessa, 2013, em especial o Capítulo V.

Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”. (Lenin, 1984:585)

Na França, por exemplo, entre as duas Guerras Mundiais, o fordismo e o taylorismo foram introduzidos e a aristocracia operária se destacou do restante do operariado. As contradições desse desenvolvimento industrial conduziram a grandes embates entre os trabalhadores e os burgueses, embates nos quais a disposição ao compromisso da aristocracia operária vai separando-a do restante dos trabalhadores. O ponto culminante foi o Governo da Frente Popular e a onda grevista que seguiu à sua posse, em 1936. A direção reformista tanto do PCF quando do PS, apoiada pela aristocracia operária, conduziu a greve a uma histórica derrota e ao fortalecimento dos organismos de controle do Estado e do patronato sobre os trabalhadores (Danos e Gibelin, 1972). A aristocracia operária recebeu como recompensa uma maior presença nos órgãos do Estado e nos mecanismos institucionais de negociação trabalhista. O resultado foi que, terminada a II Grande Guerra, o governo De Gaulle pôde entregar a administração dos fundos para a previdência social às grandes centrais sindicais, que se transformaram em administradoras da força de trabalho para o capital. Converteram-se, como dirá Alan Bihr, em “cães de guarda” do grande capital⁶.

Na Inglaterra, essa aliança da aristocracia operária com a burguesia teve início no final do século 19.

Pelo terceiro quarto do século [19] o *Labour Movement* havia se convertido eminentemente em um movimento da *Labour Aristocracy*. As mais importantes e estáveis instituições trabalhistas (*Labour institutions*) estavam constituídas de tal modo a excluir a vasta maioria dos trabalhadores. (...) Este profundo abismo entre a “aristocracia” e os “plebeus”, en-

⁶ Bihr, 1998. Este texto, que teve alguma repercussão no país, ignora a distinção entre o proletariado e sua aristocracia, e, ainda, entre o proletariado e os demais assalariados. Desse modo, pôde converter o discurso dos burocratas oriundos da aristocracia operária em expressão do desejo da totalidade dos assalariados. Esse é um dos muitos equívocos de sua tese de que residiria em processo marcado pela política (pela subjetividade), isto é, por um compromisso de classe entre o proletariado e o capital, a gênese e a trajetória do Estado de Bem-Estar. Discutimos esse texto em Lessa, 2013: 206. Um relato muito rico em detalhes dessa aliança dos sindicatos com o capital na França, de uma perspectiva conservadora, pode ser encontrado em Dutton, 2002. Sobre o caso sueco, conferir Korpi, 1980; sobre a Inglaterra, Jones, 1971; e sobre os Estados Unidos, Perlo, 1963 e O'Connor, 1973.

Cadê os operários ?

tre os organizados e os desorganizados, não impediu que os porta-vozes destes últimos supusessem que falavam em nome de todas as classes trabalhadoras. Socialmente e nas indústrias, a aristocracia do trabalho tomava as precauções para se separar da enorme maioria dos que trabalham, mas, na política, algumas vezes achou conveniente posar como autêntica porta-voz da classe trabalhadora como um todo. (Harrison, 1965:32)

Nesse contexto, continua Harrison, “(...) não há dúvidas de que nos anos de 1860 e 1870 um número de grandes empregadores adotou uma nova e positiva postura para com as *Trade Unions* em particular e com o *Labour Movement* em geral” (Harrison, 1965: 37).

Arghiri Emmanuel, ao analisar a divisão internacional de trabalho após a Segunda Guerra, demonstrou como

um *de facto* unido *front* dos trabalhadores e capitalistas dos países que se deram bem (*well-to-do countries*), dirigido diretamente contra as nações pobres, coexiste com uma luta trade-unionista interna sobre a divisão do butim. Nessas circunstâncias, as lutas sindicais necessariamente se tornam mais e mais um tipo de acerto de contas entre sócios, e não é acidental que nos países mais ricos, tal como os Estados Unidos – com tendências similares já aparentes nos outros grandes países capitalistas –, a luta sindical militante esteja degenerando primeiro em um trade-unionismo de tipo britânico clássico, em seguida em corporativismo e, finalmente, em gangsterismo. (Emmanuel, 1972:181. Conferir tb. Emmanuel, 1974)

Emmanuel prossegue relatando casos: estivadores estadunidenses que *não entraram* em greve para colaborar com a agressão americana contra o Vietnã, mas que *entraram* em greve para *não carregar* navios que iam a Cuba; Kennedy considerando como “pressão da minha direita” os encontros mantidos com sindicalistas etc. (Emmanuel, 1972:181 e ss.).

Apesar das divergências com Emmanuel, Samir Amin também argumentou algo semelhante:

Se Imperialismo, etapa superior do capitalismo permanece o principal trabalho revolucionário que ainda define o essencial do sistema contemporâneo, isto é porque Lenin estabeleceu a conexão objetiva entre monopólios e revisionismo (aquele da Segunda Internacional de sua época). (...) O ponto essencial é que a extensão deste papel hegemônico dos monopólios em uma escala mundial, e a divisão da classe trabalhadora no centro, que aceitou a hegemonia revisionista, ocorreu simultaneamente. (...) Lenin chamou atenção para essa simultaneidade, pois denunciou as raízes objetivas da hegemonia da “aristocracia operária” sobre a classe, a redução do marxismo a uma expressão ideológica economicista e a burocratização e a traição nacionalista dos partidos da classe trabalhadora da Segunda Internacional (...). (Amin, 1977:107-8)

Sendo breve: o desenvolvimento do capitalismo monopolista deu origem a um setor da classe operária que se distingue do conjunto do operariado pela sua maior disposição à aliança com o grande capital, a aristocracia operária. Foi essa aristocracia operária que

forneceu parte significativa da base social do reformismo contemporâneo. O capitalismo encarregou-se de fornecer a outra porção da base social do reformismo: o gigantesco deslocamento da força de trabalho, das indústrias, para o setor de serviços. Uma camada de trabalhadores – tipicamente mais estável, com salários melhores e menores jornadas de trabalho – engrossou o mercado de consumo de produtos fabricados em série, contribuindo para a queda de seus preços pelo aumento da produção. Com isso, o círculo se realimentou: queda do valor dos bens que entram na reprodução da força de trabalho, conseqüente queda do valor da força de trabalho. Essa situação prosseguiu, com muitas flutuações, até o início da crise estrutural, em meados da década de 1970.

Para o nosso tema: a aliança da aristocracia operária com o capital conduziu a um fenômeno típico do pós-guerra: o aumento do peso das grandes estruturas sindicais na vida social. Na Europa, onde essas estruturas já existiam, elas passaram por transformações importantes e se adaptaram à nova qualidade da sua relação com os “poderes estabelecidos”. Em linhas gerais, aumentaram seu peso político ao preço da domesticação do seu horizonte estratégico, fizeram diminuir a influência dos organismos de base nas decisões da cúpula dirigente e converteram os dirigentes em “membros remunerados inamovíveis dos sindicatos”, formando uma casta com “interesses próprios distintos dos de sua base” (Bihl, 1998:48). Aumento do peso social da aristocracia operária, burocratização dos sindicatos e integração destes ao Estado são tendências que se potencializam mutuamente. Já mencionamos como De Gaulle pôde entregar às grandes centrais sindicais, que já atuavam como “cães de guarda do capital”, a administração da previdência social. Na Inglaterra,

O governo (...) estabeleceu novas relações com a classe trabalhadora. A liderança sindical foi incorporada na estrutura do governo. Sua cooperação foi solicitada e ofertada em numerosas questões, a mais dramática sendo o congelamento de salários em 1958. Eles também aceitaram a queda no padrão de vida implícita na desvalorização [cambial] de 1949. A contenção sobre os salários praticada pelos sindicatos seguiu o crescimento dos salários reais a virtualmente zero nos anos de governo trabalhista. Mais importante que tudo, os líderes sindicais concordaram com a continuidade da *National Arbitration Order*, que tornava ilegais todas as greves. (...) Durante o lustro 1945-50, o número de dias perdidos nunca subiu acima dos 2,5 milhões por ano, e as greves eram todas não oficiais. (Glyn e Sutcliffe, 1972:37)⁷

⁷ Os mesmos autores dão os seguintes números para os dias parados/ano: 8,4 milhões durante os anos da Primeira Grande Guerra (1914-18); 32,2 milhões de 1919-26; 10,6 milhões de 1927-38 (em meio à crise e logo antes da Segunda

Cadê os operários ?

Miliband, ao analisar essa docilidade dos sindicatos, comenta que até um sindicalista de “esquerda” como Walther Reuther pôde afirmar que

“nós devemos moldar nossas políticas pelo reconhecimento de que trabalho livre e empreendedorismo livre são menos antagonistas que parceiros, que eles têm mais em comum do que são conflitantes. Nós precisamos ampliar as áreas de entendimento e minimizar as áreas de conflito”. (Miliband, 1969:160, nota 1)

Essa postura dos sindicalistas

(...) facilitou em muito a relação dos líderes sindicais com os empregadores e o governo e forneceu uma base sólida para um processo de colaboração entre eles que tornou tais líderes sócios menores do empreendimento (*enterprise*) capitalista. Esse processo agora assumiu um caráter muito mais oficial do que no passado: os sindicatos são agora regularmente “consultados” pelos seus governos, e seus representantes são também encontrados em vários organismos do sistema estatal. Os líderes sindicais acreditaram facilmente em que, porque foram reconhecidos como elementos necessários na operação do capitalismo, também atingiram paridade com os negócios na determinação das políticas. De fato, suas incorporações na vida oficial de seus países serviram principalmente para fazê-los assumir responsabilidades que enfraqueceram ainda mais suas posições de negociação e que ajudaram a diminuir sua efetividade. (Miliband, 1969:160-1; tb. Robinson, 1962)

Em um texto de 1971, V. L. Allen comentou a alteração no *status* social dos sindicalistas: “Os sindicatos são um fenômeno em geral bem-aceito na Grã-Bretanha”.

A integração dos sindicatos na estrutura da sociedade tem lhes dado importância em termos ocupacionais e sociais. Um membro do sindicato é agora bem-vindo em todos os níveis da administração industrial pública e privada devido aos seus conhecimentos e compreensão dos sindicatos; ele não é necessariamente marginalizado, simpatiza-se com estes. Uma associação com os sindicatos não é mais uma desqualificação para a entrada em alguns antes muito fechados círculos sociais. (...) Informalmente, em alguns círculos sociais e em algumas circunstâncias, os sindicalistas são pessoas a ser cortejadas e bajuladas. (Allen, 1971:45-6)

Por onde quer que olhemos, “através de sua integração, o movimento operário seria progressivamente transformado em *estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado*” (Bihar, 1998:46).

O desenvolvimento da articulação entre as mais-valias absoluta e relativa, com a conseqüente gênese e desenvolvimento da aristocracia operária, é o fundamento do que Marx, em *O Capital*, denomina de “subsunção real do trabalho ao capital” (Marx, 1985:106). Parte da classe operária converte-se em aliada da burguesia na exploração

Grande Guerra); e 3,3 milhões de 1953-64 (Glyn e Sutcliffe, 1972:40).

do restante dos trabalhadores (e, a história tem sua ironia, também na exploração de si própria). Isso não significa que a aristocracia operária não seja explorada pelo capital com o qual se aliou, nem significa a gênese de uma nova classe social (Mandel, 1964). Significa, apenas, que algumas das vantagens da aristocracia operária, se comparada ao restante da classe, podem ser ampliadas, dentro de limites, pela maior exploração do restante dos trabalhadores.

Temos agora os elementos suficientes para a análise do desenvolvimento da classe operária no Brasil. Voltemos, pois, a ela.



Capítulo II

De volta ao Brasil

Mencionamos acima que a passagem do século 19 ao século 20 foi o momento em que o país deu os primeiros passos da sua adaptação às novas condições trazidas pelo capitalismo monopolista. Nos países capitalistas centrais, esse processo resultou na expansão do mercado, na gênese e no desenvolvimento da aristocracia operária – com todas as consequências ideológicas e políticas decorrentes. No Brasil, esse mesmo processo resultou na transferência da produção de café do Rio de Janeiro para São Paulo, na expansão da monocultura cafeeira pelas enormes áreas de terra roxa com a substituição dos escravos pelos imigrantes assalariados e no fortalecimento do nosso “caráter colonial”⁸ pelo aprofundamento da monocultura exportadora e pela conversão em “modernas” das tradicionais oligarquias. Passamos do Império para a República.

A produção de café em São Paulo requereu a entrada de capitais estrangeiros numa escala inédita em nossa história. Exigiu a produção local de insumos e equipamentos indispensáveis à nova escala de produção e transporte (ferrovias). Surgiram oficinas, pequenas

⁸ José Chasin é autor de importante tentativa de investigar até que ponto o desenvolvimento do capitalismo em nosso país se distingue tanto da “via prussiana” quanto do desenvolvimento capitalista típico dos países centrais, consubstanciando uma trajetória histórica particular, peculiar, que denominou de “via colonial” (Chasin, 1978).

metalurgias, e “fábricas” de ferramentas agrícolas etc. A expansão da “civilização” para o oeste paulista, o crescimento do porto de Santos e de cidades como Campinas e Jundiaí geraram um mercado consumidor limitado e restrito, mas que era uma novidade. O resultado foi uma oligarquia, a paulista, que se modernizou sem deixar de ser oligarquia. Seu setor dominante não habitava mais o campo e, sim, os casarões da Avenida Paulista. Era mais rica, mais urbana e mais “moderna” que as “tradicionais” oligarquias carioca ou nordestina. Agora, com a República Velha, havia até mesmo eleições, e a disputa entre as diversas facções oligárquicas encontrava no “voto de cabresto” o limite de sua “modernização”.

É nesse período que conhecemos os primeiros trabalhadores que se aproximavam mais do proletariado que da massa de trabalhadores do campo. As primeiras greves, as dos gráficos (um dos primeiros ramos industrializados em nossa economia), datam de meados do século 19 (se as investigações de Leoncio Basbaum (1986), Edgar Carone (1989) e Moniz Bandeira (1980) ainda mantêm sua validade). Seria preciso, contudo, esperar o ano de 1917 para que o proletariado entrasse em cena em nosso país.

A eclosão da I Guerra Mundial (1914-18) colocou a oligarquia brasileira em uma situação caótica. Com a guerra, a exportação de produtos primários e a importação dos industrializados (o cerne da economia brasileira) foram subitamente interrompidas. Os portos, Santos sobretudo, ficaram abarrotados de produtos primários não mais exportáveis – e faltavam os produtos industrializados. Logo, contudo, novas possibilidades surgiram. A própria necessidade da economia de guerra dos países beligerantes restabeleceu e ampliou a exportação de bens primários brasileiros. Ao mesmo tempo, faltavam produtos industrializados para importarmos, já que para o capital imperialista era mais lucrativo produzir para a guerra do que para o consumo dos nossos oligarcas. Os preços dos produtos industrializados em nosso país subiram e estimularam o investimento na sua produção. Por essa via transversa e meramente conjuntural, o país começou a se industrializar. Pequenas indústrias para abastecer o mercado interno pipocaram por todo o país e, na cidade de São Paulo, já na época o principal centro consumidor, algumas indústrias começaram a surgir. Nada semelhante à Revolução Industrial na Inglaterra entre 1776 e 1830, evidentemente. Não nos industrializávamos impulsionados por um mercado mundial nem com base em um acúmulo secular de capital que foi o essencial da Acumulação Primitiva; nossas indústrias surgiram para atender ao consumo, em pequena escala, difuso pelo enorme território, de uma classe domi-

nante muito pequena e em um país que nem sequer contava com um significativo setor de assalariados não proletários (as “classes médias”).

Esse primeiro impulso à industrialização advindo da I Guerra Mundial, mesmo que limitado, possibilitou o surgimento do primeiro proletariado industrial em nosso país.

Devido ao nosso passado colonial, mesmo no início do século 20 não havia trabalhadores que conhecessem e estivessem acostumados às exigências dos processos de trabalho nas indústrias. Faltavam operários, pura e simplesmente. A alternativa foi aproveitar a mão de obra italiana que havia sido trazida ao país para trabalhar como assalariada na cafeicultura. O resultado foi surpreendente: uma jovem classe operária, de origem italiana e tradição de luta anarquista (Garibaldi e tudo o mais), se confrontava com um patronato que, ainda que economicamente fosse proprietário de indústrias, carecia de qualquer experiência da vida burguesa no trato com o proletariado. Ou seja, um proletariado pequeno e mal organizado, mas herdeiro de algumas das tradições de luta dos operários da Europa, confrontou-se com uma burguesia recém-surgida e com fortes ranços oligárquicos. Foi o único momento, em nossa história, em que a vantagem no confronto pesou a favor dos operários: em 1917, em uma greve memorável, tomaram por vários dias a cidade de São Paulo (Bandeira, 1980).

O final da I Guerra, em 1918, recolocou as coisas “nos trilhos”: a agricultura monocultora para exportação, a regra de ouro da economia desde o Descobrimento, voltou a imperar. As indústrias refluíram e o peso da classe operária também recuou. Muitos trabalhadores voltaram ao campo com a retomada da produção do café.

As coisas, contudo, não mais seriam exatamente as mesmas, nem no país nem no exterior.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos consolidava-se o que hoje conhecemos como fordismo e taylorismo e o mercado de consumo de massa cumpria um papel cada vez mais importante no deslocamento das contradições do capital; enquanto nos países imperialistas eram dados passos para a aliança entre a aristocracia operária, os assalariados não proletários e a burguesia, sob a liderança dos sindicatos e partidos reformistas, em nosso país as coisas caminhavam em um sentido distinto. No Brasil, intensificava-se a necessidade de produzir mais-valia absoluta a ser predominantemente acumulada no centro do sistema do capital. Na vida cotidiana isto se expressava na queda relativa dos preços do café (e das outras matérias-primas)

Cadê os operários ?

em relação aos produtos industrializados e, também, nas sucessivas crises da dívida externa. O país foi se tornando insolvente. Entre as facções da oligarquia, a disputa por quem pagaria o preço dessa insolvência estrutural marcou a decadência da República Velha e da “política do café com leite”, a aliança entre os oligarcas de Minas e de São Paulo que dominava a política nacional desde o início do século. A crise de 1929 deu o golpe final na República Velha.

Chegara o momento de São Borja, no Rio Grande do Sul, dar sua contribuição à história nacional.

Capítulo III

Getúlio Vargas: o novo Brasil não tão novo

A nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro foi marcada pela figura de Getúlio Vargas. Mesmo tendo se suicidado em 1954, sua figura continuou a ter presença marcante na vida nacional até o Golpe de 1964.

Getúlio encarna, em sua pessoa, muito das contradições mais importantes do que seria o Brasil entre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. Era um oligarca, da periferia do país (São Borja, Rio Grande do Sul). Sem deixar de ser oligarca, foi o principal representante dos interesses dos industriais, banqueiros e comerciantes que surgiram e se desenvolveram naquelas décadas. Representante do capital e dos oligarcas, foi também o “pai dos pobres”, o político em quem as massas trabalhadoras depositavam seus anseios e suas esperanças. Em poucas palavras, Getúlio personificou as debilidades, atrasos e insuficiências do capitalismo brasileiro. A industrialização acontecia, mas sem forças para destruir o latifúndio exportador; a oligarquia agroexportadora, que dominava o país desde Cabral, também não conseguia se livrar dos industriais e comerciantes – e, depois, banqueiros – que com ela disputavam o poder político e as benesses do governo federal. Os trabalhadores não conseguiram se constituir em alternativa às classes dominantes e necessitavam da figura carismática de Getúlio como proteção contra os “tubarões”.

O que explica essa situação histórica são as potencialidades li-

Cadê os operários ?

mitadas, mas reais, do desenvolvimento da indústria e do mercado interno que dão origem a uma burguesia, a um conjunto de assalariados urbanos e a um proletariado que fizeram a sociedade brasileira bem distinta do passado, mas que, contudo, não conseguiram romper com o “destino” de uma sociedade produtora de riqueza a ser acumulada nos centros da economia mundial e, secundariamente, pelos seus sócios brasileiros.

A crise de 1929 se prolongou até 1939, quando teve início a II Grande Guerra (1939-45). Ainda que a situação econômica não fosse a mesma durante todos esses 16 anos, teve o efeito de impossibilitar a manutenção do modelo agroexportador que predominava desde a colônia. Nos primeiros anos, não era mais possível exportar os bens primários nem importar os produtos industrializados: estava paralisado o centro que absorvia nossa mais-valia absoluta e fornecia ao país os produtos industrializados. Tal como durante a I Grande Guerra, logo restabeleceu-se e mesmo se ampliou a exportação de bens primários para os países em guerra. E, também, a elevação dos preços dos produtos industrializados estimulou a sua produção e foi retomada a industrialização com capitais locais, voltada ao mercado local e produzindo bens de consumo. Surgiram pelo país afora fábricas e oficinas de fundo de quintal, cuja lucratividade logo passou a atrair a atenção de capitais mais vultosos. Começou a se formar uma jovem classe operária, recém-deslocada do campo pela paralisia da agricultura de exportação e – diferentemente da geração anterior – sem a experiência anarquista e combativa dos italianos da jornada gloriosa de 1917 em São Paulo. Esparramada pelo país em pequenas e médias indústrias, oficinas etc., sem uma organização nacional, ainda marcada pelas atrasadas condições rurais de vida e trabalho, foi surgindo uma classe operária com um baixo nível de consciência e capacidade de luta. Tipicamente, não conhecemos nesse período o fordismo. Os operários se aproximavam, em seus conhecimentos e em suas habilidades, nos seus processos de trabalho, dos artesãos das pequenas oficinas que se desenvolveram no país desde o início do século 20. Ao final de década de 1950, a entrada das multinacionais (automobilísticas, principalmente) começou a alterar este quadro, com o fordismo e o taylorismo sendo adaptados às condições extremamente favoráveis para se explorar a força de trabalho local. Todavia, apenas na década de 1970, com o “Milagre Brasileiro”, a classe operária no país ganhou uma verdadeira feição fordista e os processos de trabalho se aproximaram dos centros capitalistas mais avançados.

As novidades trazidas pela crise de 1929 e pela II Guerra Mundial,

claro está, não foram poucas. Passamos a contar com uma balança comercial favorável, chegamos em 1945 (o ano final da II Grande Guerra) sem dívida externa e com “dinheiro em caixa”. Nossas exportações continuavam sendo amplamente de bens primários. Mas, agora, os minérios, algodão e outros produtos concorriam com o café, ainda nosso principal produto de exportação. As cidades cresceram e as primeiras rodovias foram construídas. A insanidade de Brasília é o símbolo do “novo” e “moderno” país, cujo destino manifesto seria o de crescer “50 anos em 5” (*slogan* da campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek). Um heterogêneo setor de assalariados não proletários, funcionários públicos mas também empregados no comércio e nos serviços, engrossou os centros urbanos ao lado dos operários das novas indústrias. Banqueiros e industriais se juntaram à oligarquia como parte das classes dominantes (muitos deles, tanto por ligação familiar como pela origem de seus capitais, vieram da oligarquia); o “moderno” e o “arcaico” encontraram um modo de conviver, não sem conflitos, em uma mesma estrutura de poder. O sonho de um capitalismo nacional, que distribuísse renda pelo desenvolvimento do mercado interno – a CEPAL –, é a expressão ideológica desse novo setor da classe dominante e dos assalariados não proletários. O “desenvolvimentismo”, na sua ala esquerda, ganhou acento moderadamente anti-imperialista e democrático um pouco mais radical. A SUDENE, Celso Furtado etc. conhecem seus dias de glória. O PCB e, depois, também o PC do B, compuseram a ala à esquerda desse projeto verdadeiramente nacionalista, e pretensamente popular.

Tais novidades, contudo, não alteraram a essência da nossa formação. Desde 1500 nossa função no “concerto das nações” foi a de fornecedor de riqueza (quase sempre, sob a forma de mais-valia absoluta) para a acumulação do capital na Europa e, depois, também nos EUA. Com a Revolução Industrial, essa divisão internacional consolidou a especialização de países exportadores de industrializados *versus* exportadores de produtos primários. Esse nosso lugar, decorrente do desenvolvimento do sistema mundial do capital, não foi alterado pela I Grande Guerra e pelos anos entre a crise de 1929 e o final da II Grande Guerra. Já mencionamos ao menos as alterações mais importantes que o país conheceu nesses momentos: surgiu uma burguesia, um setor assalariado de serviços (funcionários públicos etc.) e o proletariado – o país se urbanizava. Contudo, a ruptura com nosso passado colonial – com nosso lugar no mercado mundial – é um aspecto que nem sequer foi tocado. Desenvolvemos as indústrias, as cidades e classes sociais mais “modernas” não por-

Cadê os operários ?

que rompemos com o grande capital internacional e seus aliados internos. Justamente, o contrário: foi a crise do capital mundial que abriu tais possibilidades e, com a superação da crise, todas elas foram fechadas.

A manutenção dessa subordinação às exigências do capital internacional se manifestava também no fato de que as novas classes não surgiram contra as velhas. A burguesia e o proletariado não precisaram destruir nem as oligarquias nem o latifúndio para se desenvolverem. Pelo contrário, condição indispensável ao seu desenvolvimento foi o latifúndio exportador. Foi ele, ao fim e ao cabo, a origem de muito do capital canalizado para a industrialização. Veio da exportação dos produtos primários (em tudo semelhante ao passado colonial, ou seja, pela destruição do meio ambiente, exploração brutal da força de trabalho, acumulação nos países capitalistas centrais etc.) o capital para que o Estado investisse, entre outras coisas, na CSN, na Petrobras e em outros empreendimentos de porte indispensáveis à industrialização, mas que a debilidade da burguesia nacional a impossibilitava de assumir.

A dependência do “novo” Brasil para com o “velho”, do setor mais moderno da economia e da sociedade para com a economia agroexportadora e a oligarquia, politicamente se expressou no getulismo ou varguismo, como se queira chamar. Os inevitáveis e inerentes conflitos da aliança de uma burguesia nascente e cujos interesses não coincidiam inteiramente com os dos oligarcas – mas que, contudo, deles dependia –, foram administrados por um político, personalista e carismático, que se apresentava como acima das classes.

Do ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhadores, tivemos a impossibilidade de o proletariado se constituir como sujeito revolucionário, tanto devido ao precário e limitado (ainda que real) desenvolvimento do parque industrial nacional, como também pelo fato de ser um proletariado que surgiu de uma industrialização dependente da economia agroexportadora. De modo análogo a como o operário era, naqueles dias, um camponês que “deu certo” e “subiu na vida” ao se transferir para a cidade, boa parte do capital industrial era recurso antes investido na agricultura e que “deu certo” ao migrar para a indústria nas cidades. A burguesia e o proletariado eram, nesse sentido, como que a extensão da oligarquia e do camponato, não suas superações. A política industrial de Getúlio gerava os empregos que os ex-camponeses necessitavam; a regularização das leis trabalhistas impunha uma ordem na disputa entre capital e trabalho necessária aos “bons negócios”; os estímulos às exportações dos bens primários agradavam tanto à oligarquia quanto à

burguesia. Os trabalhadores e proletários, historicamente imaturos, impotentes para se elevar à classe dominante, veem no “pai dos pobres” a defesa contra a sanha exploradora da centenária oligarquia e da jovem burguesia. Getúlio foi se tornando a confluência de todas as incompletudes e debilidades do desenvolvimento do capitalismo em nosso país⁹.

O desenvolvimento desigual e combinado não possibilitou que nossos operários superassem, em alguns anos, o atraso secular do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mas possibilitou que, a partir das décadas de 1960-70, a burguesia reproduzisse em novos moldes a secular articulação das oligarquias com o capital internacional.

A entrada do capital estrangeiro, por meio das multinacionais, desde o governo JK (1956-1961), era sinal inequívoco de que o lugar ocupado pelo país no “concerto internacional” era essencialmente o mesmo do passado. Nossa função, no sistema do capital, continuava sendo a de produzir riquezas para serem acumuladas pelos grandes capitais internacionais. Depois da II Grande Guerra, tornou-se ainda mais forte a tendência, que já podemos encontrar em anos anteriores, de os países imperialistas montarem estruturas produtivas para se apropriar diretamente, através das multinacionais, da mais-valia absoluta produzida nos países da periferia do sistema. O Brasil foi um dos países preferidos pelo grande capital: politicamente, era “confiável”. Nossas classes dominantes nunca tiveram arroubos mais elevados e sempre se contentaram com o lugar de lambe-botas dos imperialistas. Contava com centros urbanos e estruturas de transporte e comunicação adequadas à industrialização, as matérias-primas e energias eram abundantes e baratas – e, além disso, possuía uma classe operária sem tradição de luta revolucionária.

Nos dez anos entre 1965 e 1975, o país se converteu em uma economia industrializada. O “milagre brasileiro” (1969-73) é a marca da virada. O grande capital internacional se aliou com setores da burguesia nacional e com o latifúndio (que, estão, se transformava

⁹ Há uma tentativa de entender o fenômeno do varguismo (e, por vezes, também do lulismo) como formas de bonapartismo. Meu desconhecimento do tema não possibilita que tome uma posição. Posso, apenas, marginalmente observar que transplantar o “modelo bonapartista” tão somente como uma forma política de relação entre o Estado e a sociedade é uma variante do politicismo e, enquanto tal, distante da formulação clássica de Marx em *O 18 Brumário...* (Chasin, 1977; Tonet e Nascimento, 2009).

Cadê os operários ?

em *agrobusiness*), resultando em uma “mistura” que não poderia ser mais palatável para o grande capital: uma agricultura exportadora, monocultora e capaz de converter rapidamente nossas riquezas naturais em enormes massas de mais-valia absoluta se articulou, política e economicamente, com uma economia urbana industrializada que gera uma adicional massa de mais-valia absoluta a ser apropriada pelos centros capitalistas. A burguesia brasileira, surgida tão tardiamente, finalmente encontrou um rentável lugar subordinado ao capitalismo internacional e que, além disso, lhe possibilitou manter e fortalecer a aliança com a classe dominante do campo. Os trabalhadores brasileiros, principalmente os operários do campo e das cidades, encontram pela frente as classes dominantes articuladas em um projeto comum sob os auspícios do grande capital internacional e sob o tacho da ditadura militar.

A década de 1970 fez o país conhecer seu primeiro verdadeiro centro industrial, a grande São Paulo; àquela época e por muitos anos depois, responsável por mais da metade da produção industrial do país. Uma classe operária concentrada, trabalhando em péssimas condições, com salários muito baixos, morando em bairros miseráveis e reprimida em sua organização política e sindical, passou a fazer parte da vida nacional. O impressionante crescimento da periferia da grande São Paulo, naqueles anos, só era comparável à instalação, no ABC, das grandes montadoras automobilísticas, com dezenas de milhares de trabalhadores (a Volkswagen de São Bernardo contava com cerca de 30 mil operários) e uma não menos gigantesca cadeia de autopeças e empresas prestadoras de serviço. O fordismo chegou ao Brasil. O mercado interno, inerente ao fordismo nos países capitalistas centrais, ainda que timidamente, começou a dar os primeiros passos no “patropi”, e os setores assalariados, principalmente os de maior poder aquisitivo, aderiram de corpo a alma ao “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Entre meados de 1960 e o final de década de 1970, portanto algo menos do que em vinte anos, surgiu a geração de operários que sucedeu à geração anterior, a do período Vargas. Com a geração anterior compartilhou o fato de ter vindo do campo para a cidade há pouco tempo. A maior parte dos novos operários nasceu e viveu a infância no campo ou muito próximo a ele, em pequenas cidades. Apenas o fato de vir para a cidade já era uma ascensão social, ainda que fosse para morar na periferia. A industrialização gerava os empregos necessários para que, dos casebres dos primeiros anos, o jovem operário chegado do campo evoluísse para uma primeira casinha e, depois, para uma casa melhor. Seus filhos iam à escola

(e a escola pública era, então, de boa qualidade). As multinacionais traziam inversões de capital que movimentavam a economia, o país aumentava sua produção e o “milagre” esteve em marcha – até a crise do petróleo, a derrota americana no Vietnã e o início da crise estrutural em meados de 1970.

Todavia, a crise estrutural do capital, cujo início, no Brasil, pôs fim aos anos do “milagre”, logo iria abrir – quem diria! – novas e ainda “mais fantásticas” possibilidades ao desenvolvimento do capitalismo em nosso país!

Crise estrutural e “desenvolvimentismo” petista

Nos anos de 1950 e 1960, a principal mediação para incrementar a extração de mais-valia absoluta em nosso país (não apenas aqui, nisso não fomos exceção no mundo) eram as multinacionais. A indústria nacional (local, produzindo em pequena escala, tecnologicamente atrasada, débil) foi eliminada com a entrada das multinacionais; a classe operária teria de ser “reciclada” aos novos padrões e os sindicatos e partidos ligados aos interesses, mesmo que economicistas e reformistas, dos trabalhadores, deveriam ser retirados do caminho. JK foi o governo que tentou conciliar o desenvolvimento de um capitalismo “nacional” (Brasília, principalmente) com o capital internacional (a entrada das multinacionais no setor automobilístico, mas não apenas). A impossibilidade histórica de compatibilizar esses interesses levou ao Golpe de 1964. Da burguesia nacional sobreviveria aquela parcela que conseguisse se internacionalizar enquanto parceira do grande capital na exploração, no campo e na cidade, da classe operária, agora mais disciplinada e desorganizada pela repressão. Dos partidos de esquerda, nenhum sobreviveria para ser o representante do “novo” proletariado: além das organizações menores, tanto o PCB quanto o PC do B perderiam a corrida para o PT.

Tal como vem ocorrendo desde o Descobrimento, em 1500, o fator decisivo para o rumo que as coisas tomaram no Brasil, depois de 1970, foi a evolução do grande capital internacional.

A crise estrutural não se iniciou em meados da década de 1970, digamos, pomposamente, como uma *crise estrutural*, tal como hoje a vemos de uma perspectiva de tantas décadas¹⁰. Ela se iniciou com

¹⁰ Fazendo justiça, já no final da década de 1970 István Mészáros estava escrevendo sobre a crise estrutural. Em 1983, em sua primeira viagem ao Brasil, esse foi o tema principal de suas conferências e entrevistas. Mas, então, ele era prati-

Cadê os operários ?

uma aparência semelhante a outras tantas crises que a economia mundial vinha conhecendo desde meados de década de 1950. Era mais uma crise que, pensavam, seria rapidamente substituída por um novo período de expansão. Para decepção de muitos “Delfins Netos”, com altos e baixos, avanços e recuos, desde então as contradições do sistema do capital não deixaram de se agudizar. O fim do bloco soviético não tornou as coisas melhores, e o século 21 se iniciou com a crise de 2001 seguida pela elevação da crise a um novo patamar, em 2008.

O que tem ocorrido com o Brasil, nesse contexto de crise estrutural, é algo análogo ao que ocorreu com a região de Hippo, no norte da África, nos primeiros séculos da era cristã. A decadência do Império Romano fez com que, por não ter sido invadida e por contar com uma estrutura produtiva de cereais ainda em funcionamento, Hippo se tornasse uma das mais prósperas regiões do Império. Eventualmente, a crise também chegou lá. Não antes, contudo, de ter vivido anos de uma prosperidade econômica que não conhecera no apogeu do Império, quando enfrentava a concorrência de cereais do Egito e da própria Itália¹¹. Este é um fenômeno muito comum quando da decadência de impérios: alguns locais da periferia conhecem um súbito e surpreendente crescimento econômico que, aparentemente, é uma contraposição à própria decadência, quando, na verdade, não passa de uma sua expressão. É a desorganização da economia no centro do império que torna mais lucrativas algumas das periferias.

A crise estrutural do capital teve um impacto semelhante em nossa economia. Por diversos fatores. Por contarmos com enormes áreas ainda a serem ocupadas, o que significa a possibilidade da rápida conversão das riquezas naturais em mais-valia com uma baixa inversão de capitais. Depois, por termos uma força de trabalho com tradição industrial de mais de uma geração, disciplinada política e sindicalmente (graças à ditadura militar e, depois, como veremos, à aliança da aristocracia operária no Brasil com o capital). Por fim, mas não menos importante, por termos uma malha de transportes voltada à exportação e uma produção de energia capazes de atender

camente o único.

¹¹ O mesmo ocorreu com regiões do Oriente Médio e dos Bálcãs. Alguns historiadores, por isso, postulam que a crise ainda não havia se instalado no Império Romano (Heather, 2006: 112-4). Como se o contraste entre a decadência do centro do Império e a prosperidade de algumas de suas periferias não fosse, por si só, sinal da crise.

às necessidades de uma economia “mais moderna”. Esses fatores contribuíram para que o país se tornasse um dos principais focos de investimento dos capitais internacionais.

Um novo fator de atração, contudo, passou a atuar nesse processo, aumentando seu peso com o passar dos anos. As décadas de 1970 e 1980 assistiram ao surgimento de um mercado consumidor de bens de primeira necessidade que justificava investimentos em sua industrialização. Intensificou-se o processo de diminuição do valor da força de trabalho tanto pela queda do valor dos bens de primeira necessidade crescentemente industrializados, quanto pela introdução de tecnologias mais avançadas (que também, como vimos, diminuem a porção da jornada de trabalho destinada aos salários). Além de tradicionais fornecedores de mais-valia absoluta, passamos agora também a fornecer mais-valia relativa para a maior lucratividade de *Monsieur Capital*. Nossa estrutura econômica se modernizou sem deixar sua “vocação histórica”, a de gerar riquezas para serem acumuladas pelo grande capital internacional. Contudo, não mais um capital qualquer, mas um sistema do capital em crise estrutural. Sua necessidade e sede por qualquer mais-valia é, agora, muito maior.

Os investimentos imprescindíveis para promover uma superior articula o entre a produ o das mais-valias absoluta e relativa conduziram à fase “desenvolvimentista” que os petistas, no Planalto, não fazem mais do que captar para sua propaganda política. O desenvolvimentismo, em nossa história, comparece assim, pela segunda vez. A primeira, nos anos de 1950, como a tragédia da ilusão do desenvolvimento de um capitalismo nacional *contra* o imperialismo; a segunda vez, como farsa, já que o “desenvolvimentismo” é a expressão local do próprio imperialismo. Lula por Getúlio Vargas, José Dirceu por Gregório: que “heróis” miseráveis, os nossos!¹²

A transi o para o período em que também passamos a fornecedores de mais-valia relativa, entre os anos de 1970-80,   a marca da nossa história recente. Os investimentos tiveram seu ponto de partida no núcleo industrial formado pelas montadoras automobilísticas e as autopeças, na grande São Paulo. Logo maciços investimentos estrangeiros associados a capitais nacionais promoveram a internacionaliza o do sistema financeiro, com a quebra ou a aquisi o dos bancos nacionais de menor porte. A entrada não menos maciça do

¹² Sobre José Dirceu, essa sinistra figura das sombras petistas, conferir Pinheiro, 2008.

Cadê os operários ?

capital na agricultura possibilitou a transição do latifúndio agrário-exportador do passado para o *agrobusiness* do presente. Aumentou a importância da produção de máquinas e equipamentos e dos bens de consumo imediato.

De modo cada vez mais marcante, conforme nos aproximamos do final do século 20, a tecnologia não será necessariamente atrasada e com emprego intensivo de mão de obra, como ocorria com as primeiras multinacionais dos anos de 1950 e 1960. Isto ainda irá ocorrer todas as vezes que a produção nessas condições for a mais lucrativa. Mas, ao lado desse traço mais “tradicional”, digamos, assistimos também à implantação em nosso território de plantas industriais modernas, de tecnologia avançada, com mão de obra muito especializada. A velocidade desse desenvolvimento – e em direção ao toyotismo – é, em parte, resultante do fato de não termos sido tão fordistas quanto a Europa e os EUA, o que facilitou a entrada nas novas e mais avançadas tecnologias, sempre que mais lucrativas. Em suma, alterações ocorreram em toda a economia do país.

O Brasil reproduziu, por esta via, um traço tradicional de sua história: o desenvolvimento dos setores economicamente mais avançados não gerou nenhum antagonismo com a estrutura da propriedade e das classes sociais tradicionais. Pelo contrário, a passagem do país a um patamar de industrialização que articula agora a extração da mais-valia relativa com a absoluta fortaleceu algumas das nossas características mais antigas, como a agricultura agroexportadora e a manutenção do poder das oligarquias no Norte e Nordeste. Deu origem, também, a novas fontes de mais-valia absoluta mediante a criação de novos setores econômicos com tecnologia por vezes atrasada e formas de exploração do trabalho que recriam formas pré-capitalistas, como o trabalho doméstico, o trabalho escravo e o trabalho infantil. O novo, em nosso país, tem se afirmado não pela ruptura, mas pelo prosseguimento do velho. Em outras palavras, alteramos a forma de articulação com a acumulação de capital nos países capitalistas centrais, mas mantivemos nosso papel de produtor de riqueza a ser acumulada pelos países imperialistas e seus sócios internos, as classes dominantes brasileiras. Agora, também produtores de mais-valia relativa, fomos convertidos em uma fonte ainda mais abundante de riqueza para os países imperialistas e seus sócios internos.

Nas últimas décadas do século 20, esse processo se consolidou como a tendência predominante do nosso “desenvolvimento” e da evolução das nossas classes sociais. Uma burguesia que controla um volume de capital muito maior do que no passado, o que a torna – e

isto não é um paradoxo – mais dependente do sistema mundial do capital, mais moderna, decididamente “democrática” e “liberal” (no sentido que essas expressões adquirem no discurso das classes dominantes de países periféricos), se desenvolveu em um país cujo PIB está entre os dez maiores do mundo. Essa modernização não alterou nosso lugar “colonial” no “concerto” das nações, não superou o latifúndio monocultor-exportador, nem, claro, pode vir a alterar o padrão da distribuição de renda; mas gerou um mercado consumidor, uma aristocracia operária e um bloco dominante em que as antigas (mas modernizadas) oligarquias convivem em quase perfeita harmonia com os sócios brasileiros do grande capital internacional. Chegamos, assim, ao Brasil dos nossos dias.



Capítulo IV

A “nossa” aristocracia operária e o capital

Na década de 1970, tivemos a implantação no país do primeiro e verdadeiro centro industrial, com as características técnicas do fordismo. Conhecemos a extrema divisão do trabalho, o parcelamento milimétrico dos atos dos operários em quilométricas linhas de montagens, o taylorismo e o típico controle de qualidade a ele associado. Os locais de trabalho recebiam denominações sugestivas por parte dos operários: Vietnã (o setor de pintura da Volkswagen), Porta do Inferno (o setor de soldagem da antiga Chrysler), “forninho” (o setor de pintura da Ford). Para atender às necessidades das enormes indústrias, grandes (lembramos da Metal Leve), pequenas e médias indústrias e oficinas surgiram para produzir os, agora indispensáveis, insumos, equipamentos, peças e componentes. Uma cadeia não tão grande, mas significativa, de empresas prestava os serviços imprescindíveis (manutenção de tornos, de equipamentos hidráulicos, limpeza e manutenção de setores ou máquinas específicas, transporte de trabalhadores, alimentação, assistência médica, segurança etc.). Ao redor desse núcleo produtivo se organizou o espaço urbano: favelas, bairros de trabalhadores mais pobres, até os primeiros condomínios para os gerentes, técnicos, diretores etc. No meio, os bairros de classe média baixa que, agora, recebiam também os membros da aristocracia operária.

Se, excetuando a escala, tecnicamente as condições de trabalho em São Paulo não eram muito distintas das de Detroit, socialmente

as condições eram muito diversas. Nos EUA e na Europa, além de produzir mais-valia relativa a partir da mais-valia absoluta produzida nas regiões mais atrasadas (o sul dos EUA, por exemplo) e em países como o Brasil, os trabalhadores também deveriam participar do mercado consumidor, o que exigiu maciças políticas públicas e o aumento da massa salarial¹³. Nos centros imperialistas, a abundância era, até então, enfrentada com a ampliação do mercado consumidor, o aumento da produção e o barateamento dos produtos. A expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores do “Terceiro Mundo” era peça decisiva nesse mecanismo. Eram o chamado “círculo virtuoso”, de Keynes, e o Imperialismo, de Lenin.

A função dos operários de São Bernardo e São Paulo era inteiramente distinta. As multinacionais vieram porque eram o modo mais lucrativo de se levar a riqueza aqui produzida para ser acumulada nos centros do capitalismo mundial. A força de trabalho deveria ser a mais barata, sua reprodução deveria ocorrer da forma a mais precária. As jornadas de trabalho deveriam ser exaustivas, a segurança nos locais de trabalho não seria preocupação e, fundamentalmente, os salários deveriam ser os mais baixos que os capitalistas conseguissem. Sob a ditadura militar e com uma classe operária que não tinha experiência de luta mais significativa, os conflitos inerentes à situação deram origem a um sistema sindical atrelado ao Estado, vendido aos patrões e dominado pelos “pelegos”.

A própria escala e volume da industrialização, todavia, trouxeram ao país o fenômeno da aristocracia operária: um setor do proletariado imprescindível para os nódulos mais desenvolvidos do sistema de produção, os quais requerem uma força de trabalho mais especializada, culturalmente mais bem formada e que, por isso, tende a ter um nível cultural e de informação política superior. Nos países centrais, a aristocracia operária era também mais bem paga, dominava os sindicatos e os aparelhos de representação dos trabalhadores, estava presente no Estado – tinha sua cidadania reconhecida: era uma aliada segura da burguesia contra os “comunardos”, como já vimos. Em nosso país, nada disso ocorria. A nossa aristocracia operária recebia um pouco melhor que os “peões”, mas só um pouco

13 Eram, *grosso modo*, os “trinta anos dourados” do Estado de Bem-Estar. Não houve, assim indicam os dados mais confiáveis, nenhuma distribuição de renda e riqueza nesses anos. O aumento da massa salarial foi tão lucrativo para o capital que, pelo contrário, levou a uma concentração da renda nos países imperialistas. Cf. Lessa, 2013, em especial os dois primeiros capítulos, com variadas fontes estatísticas.

melhor. Era vítima da repressão e da violência policial todas as vezes que tentava valer sua “natural” força de representação dos operários e trabalhadores. Ainda que fosse um proletário “mais nobre”, era tratada como parte da plebe.

As greves de 1978-9 foram a explosão desse descontentamento: os “peões” seguiram os “aristocratas” porque para todos a opressão se tornara insuportável. As greves do ABC chacoalharam o país. Não tanto pelo seu tamanho ou capacidade de mobilização (foram greves limitadas, parciais, com pautas econômicas, nem sequer se aproximaram de uma greve geral, mesmo que de uma greve geral apenas de São Bernardo ou de São Paulo), mas pelo fato de exprimirem a potência de um setor da classe operária, sua aristocracia, que se tornara decisiva na produção e que, correspondentemente, se tornara decisiva na luta de classes entre capital e trabalho. Essa aristocracia encontrou nos “peões” a sua base social para pressionar o capital e a ditadura: daí a enorme repercussão das greves, muito maior do que a sua escala e tamanho. Depois do ABC, a próxima onda grevista que marcou os anos de 1980 e 1990 foi a dos trabalhadores de colarinho branco (as memoráveis greves dos bancários) e do funcionalismo público.

O processo de redemocratização não foi apenas “limitado” (como se a questão fosse a maior ou menor expansão da democracia); foi, acima de tudo, a reafirmação da essência do nosso passado colonial nas condições do agravamento da crise estrutural em um país, agora, também fornecedor de mais-valia relativa. A introdução do toyotismo e da reestruturação produtiva garantiu que nos modernizáramos para continuar sendo, no concerto das nações, um local produtivo da mais-valia de que o sistema do capital necessita para deslocar suas contradições cada vez mais agudas. A mesma razão que nos conduziu do ciclo da cana-de-açúcar ao do ouro e, depois, ao café; que nos levou do café carioca à produção do café em São Paulo; que nos fez “fordistas” nos anos de 1960-70, nos fez, nas últimas décadas do século 20, “toyotistas”.

As consequências para a classe operária

Do último quarto do século 20 até os nossos dias, nossa economia passou por importantes modificações. Implementamos o que de mais avançado há na esfera da produção, passamos pelos CCQs em direção ao *just in time*, à *lean production* e a tudo o que é devido aos novos tempos, articulamos os enclaves (Arranjos Produtivos

Cadê os operários ?

Locais), exploramos as crianças, as mulheres e reduzimos parte dos nossos cidadãos a escravos; trouxemos bolivianos, coreanos e paraguaios para provarem o “azar” de ser trabalhador produtivo (Marx, 1985:106), adotamos o trabalho terceirizado (“os hifenizados”, numa expressão que Ricardo Antunes popularizou entre nós), evoluímos das pequenas propriedade agrícolas para a “agricultura integrada”, convertemos a saúde, a educação, os transportes e a energia em fontes adicionais de mais-valia através das privatizações etc. — pela fundamentalmente única e mesma razão: a maior lucratividade do grande capital internacional e das classes dominantes nacionais.

A introdução do fordismo em nosso país não conheceu muitas das resistências enfrentadas nos países imperialistas devido ao fato de não possuímos um sólido parque industrial pré-fordista (Piore e Sabel, 1984). Analogamente, podemos adotar o que de mais avançado a reestruturação produtiva exigia, sem muitas das dificuldades conhecidas em países como os EUA, a França, a Alemanha, etc., devido ao fato de que, em 1980, um enorme território (para além do eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte) nem sequer tinha sido tocado pela industrialização. Isso gerou condições muito favoráveis à implantação das novas técnicas de produção e gerenciamento da força de trabalho. Nos EUA, as automobilísticas e suas autopeças tiveram de abandonar cidades inteiras como Detroit em busca dos *greenfields*, isto é, locais sem tradição industrial e, portanto, sem uma classe operária com organização e experiência de luta sindical. No Brasil, os *greenfields* eram praticamente a totalidade do território brasileiro. Bastou a Volkswagen ir de São Bernardo para Resende, no Rio de Janeiro, para ser capaz de fazer operar uma planta inteiramente conforme aos ditames dos novos tempos: tecnologia avançada, menos robôs que em São Bernardo com a terceirização de uma enorme parcela da produção, jornadas de trabalho intensas e extensas e manutenção em sua folha de pagamento fundamentalmente da aristocracia operária, sem a qual a produção de caminhões e ônibus não pode ocorrer.

Ao mesmo tempo que tais “reestruturações” nas grandes empresas e nos principais centros industriais tinham lugar, no interior do país importantes transformações também estavam em andamento. Sem mencionar empresas individuais, em 2009 contavam-se 404 Arranjos Produtivos Locais no país, apenas 16 deles localizados nas capitais dos Estados, “mostrando um forte processo de interiorização do processo produtivo” (Haidée, 2009:100) —, e nada indica que esse número tenha deixado de aumentar. As indústrias, agora, se esparramaram por praticamente todo o território nacional (um

certo exagero, convenhamos, mas não totalmente falso). Passam a fazer parte da paisagem do interior do país desde grandes empresas, mesmo para o padrão paulista ou carioca (como a Grandene no Ceará), passando por empresas de menor porte que se articularam em enclaves produtivos (Toritama, em Pernambuco), até indústrias multinacionais como frigoríficos (a Sadia, em Toledo, no Paraná). Não é mais necessário se deslocar para São Paulo ou Rio de Janeiro para dar de cara com as indústrias e com o proletariado: são agora parte muito mais generalizada da realidade nacional.

Para uma ideia do impacto desse processo, dois exemplos: Toritama, em Pernambuco, e Toledo, no Paraná.

Com pouco mais de 30 mil habitantes, Toritama foi responsável por 16% da produção de *jeans* do país em 2008 – longe, portanto, de ser um centro econômico sem importância. Uma pesquisa realizada em 2008, por Haidée Rodrigues – os dados foram retirados de sua dissertação de mestrado (Rodrigues, 2009) –, revelou que as condições de vida e trabalho dos seus habitantes eram estas:

Nas primeiras visitas que a equipe do GET realizou ao município a fim de compreender a intervenção do poder público na cidade, técnicos e gestores afirmam se deparar com os seguintes problemas sociais: trabalho infantil, inclusive através da prostituição devido ao aumento do comércio na cidade; alto índice de mortalidade por neoplasias e problemas respiratórios devido à produção do *jeans*; problemas no saneamento e no abastecimento de água; dificuldades financeiras de arrecadação municipal porque a maioria dos empreendimentos são informais; condições de moradia precárias; demandas por qualificação profissional. Tais “problemas” não elidem a afirmação de que quase a totalidade da população está ocupada (...): 97,7%. Destes, 90,36% se encontram na informalidade e somente 9,64% trabalham com carteira assinada ou estão nas categorias de militares e estatutários (...) sendo, na sua maior parte, remunerados por produção, com média salarial de R\$ 370,86. Nota-se haver uma diferenciação salarial entre homens e mulheres: os primeiros possuem uma média de R\$ 446,23, e as últimas, R\$ 269,03.¹⁴ Observa-se, também, um expressivo aumento da população da cidade. Entre 1998 a 2007 o número de habitantes, que era de 19.334, passou para 29.897, correspondendo a um aumento de 65%, bastante superior à média estadual, (...). Toritama é o menor município do estado, contando com uma área física de 34,6 km², demonstrando uma alta concentração demográfica: 567,10 hab/km², muito superior à média de Pernambuco², que é de 80,3 hab/km². O percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no município entre 1991 e 2000 foi de 41,9%, índice superior ao brasileiro (31%) (...). No entanto, o crescimento

¹⁴ A renda *per capita* das famílias entrevistadas (sem considerar a renda do Bolsa Família) foi de R\$ 188,00, sendo que a menor encontraremos R\$ 0,00 (referente àquela família que vive da agricultura para subsistência), seguida de R\$ 67,00. A maior foi de R\$ 448,00 (Rodrigues, 2009:121).

Cadê os operários ?

da produtividade e da população vem acompanhado de uma visível precarização das condições de vida. (...) A respeito do Índice de Desenvolvimento Humano entre as cidades que compõem o Polo de Confeções do Agreste, fica evidente que Toritama teve uma variação muito abaixo do resto do país e do estado de Pernambuco. Enquanto o município de Caruaru obteve variação de 10,1% entre 1991 e 2000, e Santa Cruz do Capibaribe teve percentual de 13,7%, Toritama aumentou somente 4,2%. (Rodrigues, 2009:12)

Mais abaixo:

(...) as condições de trabalho e proteção social a que estão submetidos esses trabalhadores são extremamente precárias e/ou inexistentes: condições insalubres de trabalho, exposição demasiada a produtos que afetam a saúde, extensas jornadas de trabalho, ausência de política de atenção à saúde do trabalhador, escassos serviços de saúde e educação para atendimento das famílias, alto grau de informalidade nos contratos de trabalho, diminuição e/ou anulação do poder reivindicatório e contestador dos trabalhadores, forte presença de trabalho infantil e domiciliar e indiferenciação entre ambiente doméstico e de trabalho. E é quase inexistente a intervenção do poder público no que se refere à fiscalização dessas condições de trabalho¹⁵. Tavares (2004), ao discutir sobre informalidade e trabalho domiciliar, afirma que a “possibilidade de explorar a custos mais baixos a força de trabalho promove a re-emergência do trabalho domiciliar como uma forma adequada ao padrão flexível de acumulação” (p. 77). A produção “incorpora toda a família, não deixando lugar para outras dimensões humanas na vida do trabalhador” (Tavares, 2004: 171). “O trabalho só é interrompido para a realização de atividades domésticas que não podem ser adiadas” (p. 181). As noções de público e privado não se diferenciam nesse modelo de produção. Não diferentemente das demais situações de exploração da força de trabalho pelo capital nos diversos ramos produtivos, observamos em Toritama que a ampliação da jornada de trabalho e intensificação da força de trabalho são também elementos indispensáveis para estabelecer o salário recebido pelos trabalhadores: no mesmo ramo de produção, há uma média de trabalho exigida para a realização de um *quantum* de produtos, uma vez que são remunerados por produção/peça. (Rodrigues, 2009:103)

A participação em sindicatos ou em qualquer forma de organização que propicie uma ação coletiva em defesa dos trabalhadores contra a exploração é inexistente na cidade:

Das 50 entrevistas, apenas 2 (4%) mencionaram que participam do sindicato. E, ainda, que a sua participação ocorre pela contribuição para o FUNRUAL com vistas à aposentadoria. Já nas 48 (96%) respostas que disseram atualmente não participar, 3 mencionaram já ter participado, porém, com um objetivo muito claro: conseguir assistência médica, o que não foi possível na época por meio do sindicato. Observa-se que, apesar da alta concentração de trabalha-

¹⁵ “as doenças mais frequentes ocorridas com os entrevistados refere-se ao tempo de permanência na mesma posição quando trabalham (máquina de costura), o que afeta principalmente a coluna e os rins, mas também sofrem com problemas respiratórios devido à exposição ao pelo do *jeans* tanto quanto seus filhos, cuja única doença que apresentam são as alergias” (Rodrigues, 2009: 131).

dores na cidade na área da produção do *jeans*, o órgão que teria a função de mobilizar os trabalhadores, ainda que na área rural, volta-se exclusivamente para a garantia de aposentadorias. E para os trabalhadores da cadeia produtiva de *jeans* inexistente órgão que agregue as reivindicações desse segmento, o que parece ser uma condição para que a produção se expanda, ou seja, a ausência de direitos trabalhistas é condição para que o capital possa se expandir. (Rodrigues, 2009:124)

Rodrigues cita uma participação do atual Ministro da Educação do Governo Dilma, Aloísio Mercadante, em um debate sobre o programa de renda mínima (que, depois, foi adotado sob a forma modificada do Bolsa Família):

Durante a reunião de debate com a equipe econômica do PT, em 1991, Aloísio Mercadante observou que, com o Programa de Garantia de Renda Mínima, poderia induzir a uma maior exploração dos trabalhadores, pois os empregadores podiam sugerir aos empregados uma remuneração com valores mais reduzidos, já que outra parte da remuneração eles obteriam junto ao governo (...) o que preocupa os formuladores de políticas de geração de renda e trabalho: saber até que ponto a transferência de renda pode influenciar na deterioração das condições de trabalho. (Ivo, 2008, p. 185-186, *apud* Rodrigues, 2009:163)

Precisamente isso a pesquisadora constatou em Toritama: “o Bolsa Família (...) rebaixa o valor dos salários pago aos trabalhadores” (Rodrigues, 2009:162):

(...) o Bolsa Família é a principal fonte de manutenção familiar nos períodos de baixa produtividade de *jeans*, que tem por consequência, menor salário. Portanto, as condições precárias a que estão submetidos esses trabalhadores não lhes permite o acesso aos benefícios previdenciários [contudo,] empregam os benefícios assistenciais como [se] (...) os fossem. Ou seja, nos períodos de baixa produtividade, o capitalista que emprega essa força de trabalho não possui ônus, e tampouco ressarce esses trabalhadores com seguro-desemprego, pois o Bolsa Família acaba por “garantir esse direito”, só que por meio de recurso assistencial. (Rodrigues, 2009:127)

Rodrigues termina citando Maria Augusta Tavares, cujo livro *Os fios invisíveis da produção capitalista* (2004) se firmou como referência obrigatória para a discussão contemporânea sobre o trabalho informal:

1) o êxito das pequenas empresas e, em certos casos, até a condição de existência, depende de serem subcontratadas pela grande empresa; 2) as cooperativas de trabalho, empresas familiares e associações de trabalho, reivindicadas pelo suposto caráter espontâneo e solidário, para sobreviverem precisam, também, articular-se ao grande capital. Há cooperativas que, longe de serem uma iniciativa dos trabalhadores, são criações do Estado e da própria empresa interessada na exploração da força de trabalho mais barata; 3) o trabalho domiciliar é, em geral, executado mediante planejamento e comando direto de uma empresa, consubstanciado, às vezes, pela participação no trabalho coletivo; 4) os trabalhos que não fazem parte da interioridade do sistema

Cadê os operários ?

são integrados e subordinados à produção pelos mecanismos do mercado. (Rodrigues, 2009:113-114)

Informações preliminares dão conta de que a situação é muito semelhante na produção de confecções, principalmente *lingerie*, em Goiás Velho (GO).

Do Nordeste para o Sul do país, de um Arranjo Produtivo Local para uma indústria com 7 mil operários, a Sadia, em Toledo (no oeste do Paraná). Em sua dissertação de mestrado, Fernando Heck é rigoroso: “(...) é preciso entender o trabalho em frigoríficos, essa marca territorial do trabalho específica do Oeste Paranaense e, sobretudo em Toledo (PR), não de maneira isolada, mas como parte da totalidade imposta pelo metabolismo social do capital” (Heck, 2013:63). Toda uma cadeia produtiva, que vai do plantio de cereais para o fabrico de rações, da “agricultura integrada” para a produção de matrizes e, depois, para a engorda dos francos e suínos, até os frigoríficos, impõe condições de vida e trabalho desumanas e degradantes. Heck faz uma descrição detalhada da integração de todas essas fases do processo produtivo até chegar aos consumidores finais. Ao longo dessa cadeia produtiva, a destruição física e psíquica de trabalhadores está presente como norma, e não como exceção. O que ocorre nos frigoríficos não é uma excrescência pontual desta cadeia produtiva, nem um desvio da norma padrão do “sistema sociometabólico do capital”, como Heck menciona seguidamente.

Na Sadia em Toledo, o Ministério do Trabalho constatou o padrão abaixo na repetição de movimentos pelos trabalhadores:

atividade	Movimentos/ minuto	movimentos/ hora	movimentos/ jornada
Refile de peito	Mão direita: 75 ações/min Mão esquerda: 80 ações/minuto	4.800 ações/hora em cada mão	36.000/38.400 ações/dia em cada mão
Desossa de coxa e sobrecoxa	Mão direita: 46 ações/min Mão esquerda: 46 ações/min	2.700 ações/hora em cada mão	22.000 ações/dia em cada mão

Evisceração (retira da de coração)	Mão direita: 140 ações/min Mão esquerda: 140 ações/min	8.400 ações/hora em cada mão	67.000 ações/dia em cada mão
--	---	------------------------------------	------------------------------------

Movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores em três funções da Sadia em Toledo (2009) Fonte: ACP nº 01428-2010-068-09-00-5 (Heck, 2013:109).

Além disso, citando Neli (2006), Cêa e Murofuse (2008) e Gemelli (2011), aponta Heck:

O setor industrial instalado na região, notadamente no setor alimentício, tem se caracterizado justamente pelo emprego de trabalhadores com algumas daquelas características identificadas entre os “trabalhadores informais”; baixos salários (o piso se situava em R\$400,00 em 2005), pouca exigência de qualificação (a ampla maioria dos empregos criados situam-se nas linhas de produção no denominado “serviço geral”) e com intensa rotatividade, neste caso, dadas as condições insalubres do serviço, promotor, em muitos casos, de doenças funcionais. (...)

Neli (2006), conclui na sua pesquisa que a característica principal do emprego em frigoríficos se refere ao ambiente de trabalho hostil, desumanizado e angustiante (...) [com] um grande adoecimento físico e mental.

Cêa e Murofuse (2008), estudando um frigorífico do Oeste Paranaense, encontraram condições de trabalho precárias no âmbito da planta fabril, [tais] como: os trabalhadores devem eviscerar 14 frangos por minuto, cortar 25 asas de frango por minuto, retirar 19 pontas de asa por minuto e refilar filés em até 10 segundos, o que coloca a sua saúde em risco.

Gemelli (2011) também constatou ao final de sua dissertação de que o emprego em frigorífico é baseado na superexploração do trabalho. Isto é: (...) pudemos verificar com que os trabalhadores foram afetados por doenças e lesões que, na maioria dos casos, são irreversíveis, impossibilitando os trabalhadores de realizarem funções simples do dia-a-dia, tornando-os descartados para o trabalho. (Heck, 2013:91)

No que diz respeito aos acidentes de trabalho, eis os dados entre 2006 e 2010:

Houve 12.258 acidentes/doenças do trabalho relacionados aos frigoríficos de aves e suínos no Paraná. A título de especulação, se comparássemos este número com o total de empregos no ano 2010 (58.818), teríamos que 20% dos trabalhadores sofreram algum tipo de lesão ou doença (Heck, 2013:93). (...) A possibilidade de uma pessoa desenvolver uma tendinite numa linha de desossa de frango é 743% superior que em outros setores, segundo dados do Ministério da Previdência Social. (Heck, 2013:90)¹⁶

¹⁶ “As estatísticas da Previdência Social indicam que o trabalhador de frigorífico tem quatro vezes mais chances de desenvolver transtornos de humor. E isso tem

Cadê os operários ?

Já que o salário tem por referência o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, os frigoríficos que foram para o oeste do Paraná não pagam salários significativamente maiores dos que os que já eram lá praticados. O oposto é mais verdadeiro: deslocaram-se para lá justamente para aproveitar a barata mão de obra local. Por isso as novas condições salariais não apenas não alteraram a condição econômica que os trabalhadores possuíam antes da chegada dos frigoríficos na região (Heck, 2013), mas geraram uma nova contradição: os direitos básicos não são respeitados. Também não eram antes, é verdade. Mas em uma economia industrializada, os “direitos básicos” são requisito para a reprodução da força de trabalho e, com isso, sua inobservância transformou-se em uma “questão” e o Ministério do Trabalho começou a atuar. Constatou-se a

“existência de escalas de trabalho com jornadas semanais maiores que 44 horas, sem o pagamento devido das horas extras” (SRTE – Relatório de Fiscalização, p. 11). (...). Constatou-se também que há casos em que os trabalhadores perfazem jornadas superiores a 12 horas, o que é um dos fatores que contribuem para o adoecimento físico e mental¹⁷. Nas palavras dos Auditores,

a ver com o ambiente de trabalho, pois, conforme o médico perito do MPT-RS, Luis Carlos Fujii, existe a relação entre o adoecimento mental e o meio ambiente de trabalho: ‘(...) com falta de comunicação, monótono, repetitivo, de jornadas longas com poucas pausas e submissão do trabalhador ao ritmo de produção, entre outros fatores.’” (MPT-RS, 2009 p. 5) (Heck, 2013:139). Em outra passagem: “Os dados investigados, para dois frigoríficos das regiões, resultaram: o primeiro (localizado no Sudoeste Paranaense), com cerca de 1.000 trabalhadores, teve 909 benefícios previdenciários concedidos entre 2004-2011” (Heck, 2013:102). “O Projeto Integrado de Saúde do Trabalhador Avícola (PISTA), realizado em 2006 por meio da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA-RS), estudou as condições de trabalho em frigoríficos avícolas nesse estado. Foram realizados 1.200 questionários com trabalhadores do setor de 12 empresas situadas em 12 municípios. (...) Cerca de 80% dos entrevistados fazem uso de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos, e pelo menos 20% utilizam remédios de tarja preta. Ou seja, trata-se de impactos na saúde física e mental a partir do emprego nos frigoríficos avícolas.” (Heck, 2013:130)

¹⁷ A Sadia “vem submetendo seus empregados, de forma habitual, a jornadas superiores a 10 horas, com duração da carga diária de trabalho de até 19 horas e 22 minutos” (ACP nº 01428-2010-068-09-00-5, p. 48) (Heck, 2013:111). No caso dos intervalos intrajornadas, há exemplos de pausas de apenas sete minutos. Na fiscalização constatou-se “126 exemplos de intervalos menores que uma hora” (ACP nº 01428-2010-068-09-00-5, p. 61) (Heck, 2013:112). No depoimento de uma trabalhadora: “(...) acontecia de eu chegar nove horas da manhã na sexta, eu pegar nove da manhã e eu ir a noite inteira. Quando eu ficava uma hora da manhã, eles diziam: Cláudia, você ainda tá aqui? Você já passou da hora, você tem que ir embora – eles falavam pra mim, né? Eu falava: onde é que eu vou? Não tem cir-

“fica evidente que a prorrogação da jornada normal de trabalho deveria ser proibida nesse tipo de atividade” (SRTE – Relatório de Fiscalização, p. 12), pelo fato de haver uma enorme repetitividade nas funções desempenhadas no ambiente de trabalho, com pressão e ritmo intensos que contribuem para os adoecimentos físicos e mentais. Ainda na questão da jornada de trabalho, verificou-se, como em outras fiscalizações, a “não concessão regular do descanso semanal remunerado, o desrespeito ao intervalo mínimo de 11 horas entre duas jornadas de trabalho e a não concessão regular de intervalos para repouso e alimentação” (SRTE – Relatório de Fiscalização, p. 12). Isso culminou na lavratura de outros quatro Autos de Infração (016397614, 016397631, 016397649 e 016397657). (Heck, 2013:104)

O quanto esses dados podem estar subestimados é difícil avaliar, como relata o depoimento colhido por Heck de uma das trabalhadoras:

Tem que alguém filmar ali dentro enquanto tá trabalhando, pra ver como que é a linha rápido e o vareio (...) (Ângela, informação verbal). (...) Só não tem vareio na Sadia quando vai o cara lá fazer, igual meu irmão, quando perito vai lá eles descobrem, faz aquela “calmera”. Uma vez nós tava lá, a minha supervisora falou: ‘hoje todo mundo vai trabalhar bem devagar porque hoje nós vamos ter uma perícia dentro da empresa’. Então o dia que tem perícia, nossa!, é aquela lentidão. Parece assim que eles enganam, sabe?, eles querem enganar pra mostrar que não é daquele tipo, e a hora que vira as costas: ‘Rapaz, ó, vamo, vamo, vamo que nós só tá lá com 16 palet 67, nós tem que fazer mais 16, vamo, vamo, hoje vai ser só meia hora de almoço, vamos trabalhar, vamos trabalhar, vamos revezar os almoços’. É desse tipo que funciona (...) (Joana, informação verbal, grifo nosso). (Heck, 2013:123)¹⁸

O maquinário sem proteção/manutenção causa acidentes que resultam em mutilações:

(...) e nesse dia eu só me acidentei, tava eu e a menina pesando, eles colocaram esteiras novas, não colocaram a placa de metal. Já tinha pegado a blusa de uma amiga minha, a Larissa, tinha pegado a do Flávio, da tarde do segundo turno, tinha acontecido um monte de casos ali, e as meninas o pessoal tudo reclamando, até que deu a maior confusão. Nisso aí, só que o técnico de segurança pra não parar e não diminuir: ‘Não, não vamos diminuir não, vamos trabalhar, enquanto tá dando. Vamos trabalhar, não tá pegando a mão de ninguém, vamos trabalhar’. Tava pronta as placas, era só colocar, parar e colocar, mas pra não diminuir a produção não colocaram esse dia no acidente meu. Eu trabalhando que nem uma louca lá, a gente já tá cansado pela agilidade que você tem que ter ali porque o vareio tá caindo bacon pro chão, tá caindo por tudo lá, fui catar o bacon, só senti que algo puxou; você sabe quando

cular, eu morava lá no Europa, NE? Aí eu ia até uma e meia do sábado, pra vocês verem, das nove da manhã até uma e meia do outro dia, no sábado, trabalhando” (...) (Cláudia, informação verbal, grifo nosso). (Heck, 2013:124)

¹⁸ “Esse fato também foi constatado na pesquisa de Walter (2012), tratando sobre a repetitividade no trabalho e as metas a serem atingidas em frigoríficos do Rio Grande do Sul” (Heck, 2013:123).

Cadê os operários ?

“você sente que dá um “baque”; na hora que eu senti que deu aquele “baque”, eu falei pra menina da minha frente, falei. Ju puxou meu dedo, ela falou ‘eu não acredito’. Eu falei eu vou puxar porque até ir lá na frente é como daqui lá na minha casa lá, para apertar o botão de *stop*, sabe o vermelho (...) (Joana, informação verbal).

(...) a máquina vivia só quebrada, aquela máquina nunca arrumava, e eu falava assim: chama um mecânico pra arrumar essa máquina, porque ficava lá parada lá. Aí ligavam assim mesmo a máquina quebrada. Aí foi até um dia que ele ligou e eu tava ensinando um homem, né?, um novato lá explicando o problema que tinha naquela máquina, já tinha cortado a mão de quatro ali aquela máquina. Quando eu acabei de falar ‘vou pegar as peças porque tá parada’, o rapaz ligou lá atrás (...) A máquina levantava uma lâmina, uma descia, outra subia. A minha mão ficou pendurada, cortou tudo, ela ficou pendurada, ó. até aqui, cortou o osso, cortou tudo aqui. Parou porque eu bati na tampa dela. Era tão estragada que se relaxasse nela ela desligava (...) (Cláudia, informação verbal).

A máquina sem proteção, sem sensor de desligamento, não desligava no botão de emergência, tava “fudida” mesmo. Daí eu sofri o acidente nessa máquina, e tinha quatro mulheres na linha de produção comigo; quando eu sofri o acidente, as quatro correram pra fora e gritavam: ‘O cara vai morrer’, e ninguém vinha me acudir (...) Tava rodando em cima de mim, eu fiquei ali quinze minutos preso mais ou menos, até que alguém me achou ali. Aí foi mais uns dez minutos pra me tirar da máquina. Ela travou tudo, entortou tudo. Ela entrou pra dentro aqui uma parte da máquina, uma parte do meu braço quebrou e uma parte da máquina entortou. (Valdir, informação verbal). (Os nomes são fictícios – Heck, 2013:137-8)

Quanto à resistência e luta dos trabalhadores, Heck assinala que os sindicatos são de pouca valia (Heck, 2013:166 e ss., principalmente). Não apenas porque se *organizam de modo a não poder representar a totalidade dos trabalhadores*, como, ainda, mantêm uma postura condizente com o *status quo*. “Essa postura de negociação, de ter conquistado ‘o respeito da empresa’” (Heck, 2013:166), faz do sindicato um parceiro do capital. Por outro lado, relata Heck, “a AP- LER [Associação dos Portadores de LER] tem se constituído então, a nosso ver, na organização coletiva dos trabalhadores lesionados, por fora da seara sindical, e a sua ação tem feito o enfrentamento mais direto com o capital, mesmo com limites” (Heck, 2013:158). O aspecto dessa questão que Heck não aborda é que os sindicatos não podem organizar o confronto com o capital porque, nacionalmente, são dominados pela nossa aristocracia operária, e mundo afora se converteram em “cães de guarda” do capital. Daí que uma associação dos portadores de LER tem uma presença mais efetiva, ainda que limitada, na defesa dos operários do que os próprios sindicatos.

O apego à estrutura oficial de Estado demonstra o corte negociador dos sindicatos com o capital, aspecto relevante também na ação sindical local. Isso se materializa na ação sindical pouco combativa, pois é como se o papel destes

se limitasse a alcançar os Acordos e Convenções Coletivas com as empresas e sindicatos patronais, num ‘diálogo’ de negociação, como se a luta dos trabalhadores motivada pelas mutilações e adoecimento no trabalho não fosse parte de suas preocupações. (...) (Heck, 2013:166)

Uma força de trabalho ainda próxima ao campo, com pouca experiência urbana e nenhuma vivência de luta proletária, possibilitou ao capital impor nas áreas do interior do país uma elevada taxa de extração de mais-valia absoluta. O baixo custo do trabalho doméstico, a reprodução muito mais barata da força de trabalho em regiões não industrializadas e em pequenas cidades (o que resulta em um valor bem menor dos salários), a docilidade do Estado e dos sindicatos e centrais sindicais, tornam tão lucrativa a industrialização do interior do país que as técnicas são adaptadas a essas circunstâncias. De Franca (São Paulo) ao Nordeste do país, o trabalho doméstico de mulheres, crianças e, secundariamente, homens, prolifera como parte do avanço da industrialização. Das pequenas e médias propriedades do Sul do Brasil à região da Mata de Minas Gerais e às novas áreas de plantação de eucalipto na Bahia e no Centro-Oeste, a exploração do proletariado rural pela agricultura integrada floresce com exuberância. Ampliou-se não apenas o proletariado, mas também a distância entre a sua camada mais bem remunerada e com melhores condições de trabalho e o conjunto da classe.

Lembremos que o capital pode impor as novas e mais duras condições de trabalho porque a reestruturação produtiva também é sinônimo de desemprego crescente. A intensificação da extração da mais-valia, desde meados da década de 1970, foi favorecida pelo aumento do desemprego em escala planetária. No Brasil também cresceu o exército industrial de reserva. Com a vantagem, para o grande capital, de que ainda temos um espaço a ser ocupado no comércio e nos serviços pelos milhões de desempregados em uma sociedade que se industrializa e se moderniza no sentido do “desenvolvimentismo petista”: há uma válvula de escape a ser empregada e cerca de 60% da força de trabalho se encontra fora do mercado formal, sem que isso gere tensões insuportáveis ao sistema do capital.

Uma democracia “moderna”

Como resultado de certo “desenvolvimento desigual e combinado”, a partir dos anos de 1970, a crise estrutural do capital fez do Brasil um paraíso das multinacionais, passando por um crescimento econômico e modernização industrial muito rápidos. Enquanto a economia mundial dava seus primeiros passos na crise, o Brasil se

Cadê os operários ?

desenvolviam. Nenhuma surpresa: a riqueza concentrou-se predominantemente no grande capital e, secundariamente, nos assalariados mais ricos. Massas novas de trabalhadores urbanos foram geradas pelo êxodo rural, e a industrialização “subordinada” (Ianni, 1968) foi acompanhada por uma concentração sem paralelo da propriedade da terra, mais uma das determinações do nosso passado colonial. Na periferia das grandes cidades concentrou-se uma massa de trabalhadores cujos salários conheceram o menor poder aquisitivo desde os anos Vargas (o valor real mais baixo do salário mínimo ocorreu em 1975).

Com a massa de trabalhadores miseráveis dos centros urbanos, com a derrota da estratégia de luta armada no campo e na cidade, com o bloqueio da via institucional pela ditadura, com a repressão e a desestruturação das organizações de esquerda – e, no cenário mundial, com a crise da URSS e com o avanço das lutas camponesas de libertação nacional (Vietnã, as colônias portuguesas na África etc.) –, deu-se uma curiosa e inesperada convergência política. Alguns movimentos espontâneos de reivindicação da periferia de São Paulo, a esquerda católica representada pelas Comunidades Eclesiais de Base e o que restara do PC do B paulista e outras organizações revolucionárias convergiram em um movimento molecular e reivindicatório local que evoluiu para uma reunião de poucas dezenas de moradores na Zona Sul de São Paulo. Essa reunião, por sua vez, decidiu por uma Assembleia para mostrar às autoridades que não era possível viver com aquele salário mínimo. Dessa assembleia nasceu a proposta de coleta de assinaturas contra a carestia, que se converteria no Movimento do Custo de Vida. Entre os anos de 1974 e 1978 (ano das greves no ABC), o movimento foi se expandindo, de início lentamente, e nos meses finais, de forma quase explosiva para os padrões da época, para mais de um milhão de assinaturas – coletadas muitas vezes em mutirões públicos no centro de São Paulo –, que foram reunidas na Catedral da Sé, na maior manifestação (cinco mil pessoas) contra a “carestia” antes das greves do ABC. Entre os 5 mil do Movimento Contra o Custo de Vida, na Praça da Sé, e os 100 mil do 1º de maio de 1980, na Vila Euclides, foram apenas dois anos!

Essa experiência marcou profundamente os militantes surgidos após a repressão mais dura, entre 1969-1976. Possibilitou uma forma de luta e organização que a ditadura tinha dificuldades em reprimir. Difusa em centenas de bairros, sem um núcleo dirigente que pudesse ser identificado, com uma base popular que tendia a crescer a cada vitória (um asfalto aqui, uma escola ali, um centro de

saúde acolá etc.), essa era uma forma de luta que possibilitava tanto a sobrevivência individual dos militantes como a reorganização dos partidos revolucionários. Naquele momento, a combinação da luta legal com a luta clandestina na organização e fortalecimento dos movimentos reivindicatórios possibilitou um acúmulo real, efetivo – e de enorme importância em face das derrotas tanto da luta armada quanto da estratégia de “transição pelo alto” do PCB¹⁹.

Com clara intenção socialista, com um conteúdo anticapitalista professado, não é uma inteira falsidade afirmar que a concepção que predominava no movimento popular era democrática e politicista (Chasin, 1977; Tonet e Nascimento, 2009). Democrática, por conceber que o socialismo viria pelo aprofundamento da participação democrática das massas. Os mecanismos da democracia burguesa (eleições, parlamentos, liberdade de imprensa, de organização, direitos sociais etc.) eram tidos por formas germinais de uma imaginária democracia socialista e, por isso, o aprofundamento dos institutos democráticos conduziria ao socialismo. Politicista, porque a transição tinha um caráter quase que exclusivamente político, como se a política – e não o trabalho – fosse o fundante da sociabilidade. A estatização dos meios de produção e o planejamento econômico centralizado eram identificados com a superação do capital. Ignorávamos que sem a transição do trabalho proletário ao trabalho associado não há transição “política” possível ao socialismo.

Essa profunda ignorância resultava, *grosso modo*, da convergência de três tendências históricas. A primeira, da degenerescência teórica do próprio movimento comunista internacional desde pelo menos os anos de 1920, como argumentou Fernando Claudin no seu clássico *A crise do movimento comunista* (Claudin, 2012). A cada geração assistimos à consistente e sistemática reprodução ampliada da ig-

¹⁹ Talvez a melhor análise feita naqueles tempos tenha sido a “Plataforma para a União dos Comunistas”, de 1975. Sua proposta de articulação entre a luta legal e clandestina era uma significativa e importante ruptura com as teses foquistas e com as que propunham um enfrentamento mais radical com a ditadura. A relação do PCB com os movimentos populares foi, para se dizer o mínimo, ambígua. Desconfiava de um movimento que não tinha possibilidade de controlar (sua implantação na periferia era irrisória) e cuja base social estava distante das suas ligações com o sindicalismo pelego e com os setores de classe média. Não sem alguma razão, apontava o obreirismo, o basismo e o espontaneísmo dos movimentos; utilizava, contudo, tais argumentos como pretexto para se manter afastado. Sua estratégia de transição para a democracia pelo “alto” e sua proximidade cuidadosamente cultivada com os sindicalistas pelegos que classificavam de “progressistas” levaram-no a se opor, por “esquerdistas”, às greves de 1978-9.

Cadê os operários ?

norância dos militantes e dirigentes²⁰. A segunda foi o fato de a repressão dos anos de chumbo ter separado dos jovens militantes os revolucionários mais experientes que poderiam ter contribuído para a formação da nova geração. Por fim, a concepção democrática e politicista concebia a teoria como desnecessária. Se a “prática” estava mostrando no dia a dia o caminho a seguir, qual a importância das milhares de páginas que as pessoas do povo jamais leriam? Que melhor lição para os intelectuais revolucionários que “o caminhar a olhos vistos” do povo para o “socialismo”? E algumas citações retiradas do contexto de Lenin, Mao e Stalin resolviam, definitivamente, a questão²¹.

Para os movimentos populares dos anos de 1970-80, o objetivo final era o socialismo; o meio para alcançar esse objetivo era o aprofundamento da luta democrática contra a ditadura: lutar pela democracia era lutar pelo socialismo. Acreditávamos – defendíamos explicitamente – que a luta pela saúde, pela escola, pelo asfalto, pela terra, contra a carestia etc., eram passos das massas em direção ao socialismo.²²

O apogeu dos movimentos populares foi, também, o início de seu ocaso: as greves do ABC de 1978-80. As greves de apenas algumas fábricas (repetimos: não houve sequer uma greve geral no ABC, para não falar de uma greve geral da Grande São Paulo ou do país) mudaram o cenário político nacional. Desencadearam uma moderada onda grevista por todo o país, e a ditadura nunca mais se recuperou. A confluência da luta popular com a luta operária parecia indicar o acerto da estratégia política (e, portanto, da concepção teórica e ideológica) do movimento popular: a luta dos bairros foi polarizada e catalisada pelas greves operárias. A simpatia generalizada da população pelos grevistas, os fundos de greve (alimentos e dinheiro), a atuação política dos setores revolucionários da Igreja (os partidários mais radicais da teologia da libertação) etc., tudo parecia confirmar o acerto da nossa estratégia. O cerco pela periferia

20 Sobre a reprodução ampliada da ignorância no seio dos revolucionários, cf. O revolucionário e o estudo, Lessa, 2014.

21 Como essa concepção mais geral articulava a teoria revolucionária e a prática dos revolucionários em um praticismo absolutamente avesso à teoria, em que pese o discurso rigorosamente oposto, analisamos em Lessa, 2014, Anexo I.

22 É interessante como esta concepção de mundo, este *Zeitgeist*, se refletiu até mesmo nos intelectuais europeus. As teses de Regis Debray sobre a revolução latino-americana bem com os manuais de Marta Harnecker são, hoje, curiosos testemunhos desse fenômeno.

de Manágua da ditadura somozista, em 1979, era tido por prenúncio do que viveríamos. Maior luta, maior organização, consciência mais elevada, Nova Democracia (Mao Tsé-Tung) e socialismo: a história estaria confirmando o acerto político e ideológico do movimento popular.

A história, contudo, não fez muito das nossas ilusões militantes. A década de 1980 se encerrou com a Assembleia Constituinte e, no plano internacional, com a consolidação da estratégia neoliberal de administração da crise estrutural do capital. Ronald Reagan e Margaret Thatcher deixavam suas marcas; “Tony” Giddens se tornou o pensador do momento. No país, o movimento popular e operário sofreu seguidas derrotas eleitorais²³ e as greves deixaram de ser operárias e se deslocaram aos trabalhadores de colarinho branco, principalmente os bancários e os funcionários públicos. A década se iniciou sob o impacto das greves de 1978-9 e terminou com a transição à democracia, com a manutenção no poder das mesmas classes que, mudando o que deve ser mudado, comandavam o país desde o Descobrimento. Não apenas as mesmas classes, mas, muitas vezes, até os mesmos serviços dos militares (Sarney, Tuma, Tancredo etc.). Nosso primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor, iniciou a “abertura” do país e recebeu o beija-mão de Jair Meneguelli, então presidente da CUT, em uma cena tão memorável quanto lamentável.

É nesse momento que teve início a “costura” da colaboração de classes entre a aristocracia operária, representada pelo “sindicalismo autêntico” (Lula, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, Vicentinho, Paulo Gushiken etc.) e a grande burguesia. Esta estava disposta a ser convencida de que uma aliança com as lideranças operárias “responsáveis”, com as quais “se pode conversar”, poderia ser lucrativa, principalmente pelo controle da base operária e dos trabalhadores; a CUT e o PT, por sua vez, precisavam demonstrar que poderiam controlar suas alas mais à esquerda.

É nesse momento que a geleia geral que era a ideologia predominante no PT e na CUT nascentes passou a exibir todo o seu potencial para uma acomodação com a burguesia. Um discurso radical, que identificava a democracia à participação dos trabalhadores no Estado, era associado à crítica liberal da experiência “socialista” so-

²³ A pior delas foi a da candidatura Lula para a Prefeitura de São Paulo em 1982. Montoro e Maluf venceram nos principais bairros sob forte organização popular. Na Zona Leste, nos bairros mais bem organizados e com maior tradição de lutas, venceu quase sempre Maluf.

Cadê os operários ?

viética, ao apoio incondicional e acrítico ao Sindicato Solidariedade na Polônia, à aliança com a Igreja Católica e, para extirpar quaisquer dúvidas, à filiação da CUT ao CIOLS (1992) e aos financiamentos que recebia da social-democracia europeia e do sindicalismo estadunidense. Um discurso radical, que se apresentava como a experiência mais importante e revolucionária do ponto de vista dos trabalhadores brasileiros, encobria uma prática de acomodação ao capital. Nada disso era uma novidade quando se tratava da ideologia típica da burocracia que brotou da aristocracia operária nos países imperialistas. A novidade é que acontecia com várias décadas de atraso e em um país como o Brasil. Por baixo da pele de lobo, a alma de cordeiro: a negociação só seria possível ao redor de pautas economicistas e corporativas. Esse limite não apenas era aceitável como ainda era conveniente à aristocracia operária e sua burocracia (aqui, como no resto do mundo).

A única luta capaz de superar a fragmentação dos trabalhadores, o confronto geral com o capital, é também a única luta que ameaça de morte a aliança da aristocracia operária com o capital. A manutenção do poder da burocracia sindical e partidária, poder fundado na aliança com a burguesia, requer um discurso radical e uma prática de colaboração de classe. Os limites economicistas e corporativos não apenas eram aceitos, como ainda eram convenientes aos nossos burocratas do sindicalismo “autêntico” e do PT. O corporativismo e as pautas economicistas passaram a ser cada vez mais claramente defendidos por eles, e as diferenças entre a CUT e a Força Sindical, por exemplo, foram desaparecendo. Em um movimento análogo ao dos países imperialistas, a nossa aristocracia encontrou nos burocratas da CUT e do PT (e seus assemelhados) sua melhor expressão ideológica e política. Já sabemos o final desse percurso: nossa aristocracia operária, conduzida por seus burocratas, passou a ser fiadora do “desenvolvimentismo” petista, e a República, tornou-se a “República dos Sindicalistas.” Não há contradição alguma no fato de essa “República dos Sindicalistas” ser a continuidade do nosso “passado colonial”, nem que seja o instrumento especial de repressão dos trabalhadores a serviço das classes dominantes. Uma vez mais na nossa história, o novo não passa de um *aggiornamento* do velho.

Na ideologia dos movimentos populares e do “novo sindicalismo,” o fator decisivo para a acomodação ao horizonte burguês foi o seu caráter democrático. A concepção de que o comunismo é a democracia levada às suas últimas consequências revela, por si só e desde o primeiro momento, uma disposição ideológica de forte

inclinação burguesa.

A democracia, era o que se afirmava, seria a entrada das massas na luta política; seria antagonica ao capital e uma mediação acertada para alcançar o socialismo. A democracia, todavia, é exatamente o oposto: é a “entrada” das massas como *trabalhadores assalariados* na política *burguesa*. Tal participação perpetua a condição de assalariamento – isto é, a subordinação do trabalho ao capital. Seu horizonte mais amplo não vai além da luta em direção a “um salário justo por uma jornada justa de trabalho” (Marx, 1978:99). Há uma razão profunda – que não passa nem pela decisão política, nem pela vontade da classe dominante, nem pela consciência dos trabalhadores – para que a democracia não possa ser outra coisa. Referimo-nos aos seus fundamentos últimos (para sermos precisos, ontológicos): ela é a forma mais desenvolvida de organização do poder que brota da forma histórica mais desenvolvida da propriedade privada, o capital – ela é a forma mais aperfeiçoada da organização política²⁴.

Diferentemente das sociedades de classe pré-capitalistas, nas quais o Estado e a extração do trabalho excedente mantinham uma relação imediata, no século 19 a exploração do trabalho passará a ser realizada de forma predominante com a mediação do mercado (pela extração da mais-valia). Coube às Revoluções burguesas “retirar” o Estado da economia e limitar sua ação à manutenção da ordem. Pelas revoluções burguesas o capital realizou sua emancipação do Estado, sua “emancipação política” (Marx, 2010).

Essa é a gênese do Estado contemporâneo. Ele é a propriedade privada burguesa elevada à política; é a expressão na esfera da política da reprodução do capital. As mercadorias fazem com que os seus guardiões estabeleçam relações entre si e, então, a “vontade” dos indivíduos passa a residir nas mercadorias de que são “possuidores” (Marx, 1983: 79 e seguintes). Passamos a conhecer a plena regência do fetichismo da mercadoria: a criatura envolveu o criador, e a

²⁴ A descoberta de que a política é o poder centrado no Estado e fundado pela propriedade privada é de Marx e Engels (Marx, 2010; 2009; 1974; Marx e Engels, 2005; Engels, 2010). Mészáros, em *Para além do capital* (2002), sintetizou uma investigação de décadas sobre o Estado contemporâneo, na qual essa posição se expressa sempre vigorosamente. José Chasin, um dos mais importantes marxistas da geração passada e cuja obra nem de longe tem merecido a devida atenção (parte, sem dúvida, da crise do pensamento revolucionário), desde os anos de 1970 se manifestava contra o “politicismo” e contra o fetiche da democracia (Chasin, 1977 e 1989). Ivo Tonet contribuiu decisivamente neste sentido – entre outros textos, conferir Tonet 1989, 1999, 2002, 2005 e 2009. Das críticas do jovem Marx à política, ao Estado e à democracia, tratamos em Lessa, 2007b.

Cadê os operários ?

identidade do último foi cedida à primeira. O indivíduo burguês é a sua propriedade privada, a sua essência²⁵ são as relações mercantis: a sociedade se reduziu a uma arena na qual todos são “lobos” de todos, e o mundo não passa de uma “enorme coleção de mercadorias” (Marx, 1983:45). O lugar dos indivíduos na estrutura produtiva não é, como antes, mediado pelo Estado, mas pelo mercado. Apenas assim as leis do mercado (que nada mais são que as leis da reprodução do capital) podem ter plena vigência. A organização política (o Estado) imprescindível à sociedade capitalista deve aplicar cotidianamente a violência de tal modo a assegurar o predomínio do mercado; deve garantir uma ordem na qual a concorrência de todos contra todos não apenas seja possível, mas, melhor ainda, seja potencializada (Marx, 1983, 1985, 1969; Lukács, 1981:670-2; Mészáros, 2002; Tonet, 1989, 2002, 2005; Engels, 2010; Lessa, 2007b).

O poder deixa de ser hereditário para ser objeto de disputa; sua posse corresponderá à correlação de forças entre as diferentes facções dos proprietários privados, que se manifestam e se organizam principalmente no e pelo mercado. A disputa pelo poder político, por sua vez, requer que os indivíduos sejam guardiões das mercadorias no preciso sentido de que são livres para se mover pelas relações mercantis da forma mais apropriada “aos seus interesses”. Os indivíduos são, então, “livres” – sua liberdade tem por conteúdo as relações sociais que estabelecem “voluntariamente”, buscando o que julgam ser a melhor maneira de reproduzir a propriedade de que são “guardiões”. É o individualismo burguês em seu máximo grau de alienação²⁶, e a sua expressão política é a cidadania. Tal como, na esfera econômica, reduz-se o trabalho ao trabalho abstrato, na esfera política abstrai-se o indivíduo concreto no cidadão. A sociabilidade do capital é aquela em que a pessoa real, concreta, plena de mediações, em sua integralidade mais autêntica, simplesmente não tem lugar.

A liberdade, de que a burguesia é tão ciosa, não passa da liberdade de cada um realizar aquilo que julga o melhor negócio para a propriedade privada da qual é guardião. Ser livre, agora, é não ter a intervenção do Estado a limitar as possibilidades de ação de cada cidadão no mercado. Até a relação mais íntima das pessoas consigo próprias passa a ser dominada pela mercadoria: uma conta bancária que cresce ou que diminui é parte importante na elevação ou queda

25 A essência humana é o “conjunto das relações sociais” (Marx, 2009a).

26 No sentido de *Entfremdung*, a desumanidade socialmente posta.

do conceito que fazemos de nós mesmos. A liberdade burguesa, por isso, deve ser sempre e a cada momento especialmente regrada: ela é a expressão, na esfera dos atos individuais, das relações concorrenciais – as únicas possíveis entre “guardiões de mercadorias” (Marx, 1983: 79-80). Somos, agora, livres lobos dos próprios homens: esse é o conteúdo que a liberdade compatível com a emancipação política tem por limite histórico (Marx, 1983 e 1985, 2010, 2009; Tonet, 1989, 1999; Mészáros, 2002; Lessa, 2007b).

A obra revolucionária da burguesia consistiu em articular o capital, o indivíduo burguês (o “guardião de mercadorias”), a forma democrática do Estado e a regência do fetichismo da mercadoria em uma mesma totalidade: a sociedade burguesa desenvolvida. A democracia é obra histórica da burguesia: a democracia é burguesa ou não tem lugar na história! Não existe *a* democracia enquanto uma ideia platônica fora da história. A democracia é tão datada quanto o foi o Estado Romano: é fundada pelo trabalho proletário e corresponde, na esfera da política, à generalização por todo o corpo social das relações mercantis. Ela é burguesa – ou não existe.²⁷

²⁷ Há uma longa discussão acerca da existência ou não de uma democracia socialista. Nos textos de Marx, Engels e Lenin (dentre os quais são os mais frequentemente citados *As lutas de classe em França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, o *Manifesto Comunista*, *O Estado e a revolução*), essa expressão comparece, indiscutivelmente. Aqueles eram tempos nos quais o partido revolucionário se chamava Partido Social Democrata Alemão. Democracia tinha então uma acepção um tanto distinta da do nosso cotidiano. O debate posterior terminou migrando para um campo tão mais marcadamente liberal (e não apenas na esteira do eurocomunismo), que o conteúdo superador da democracia burguesa pela democracia socialista foi sendo paulatinamente substituído por um crescente conteúdo burguês do próprio socialismo. Não levou muito para que as teses de Kautsky fossem “desenvolvidas” até se converterem na concepção de que a democracia burguesa levada à sua radicalidade é o socialismo (Salvadori, 1979). Como se o governo do povo, para o povo e pelo povo, de A. Lincoln, pudesse ter qualquer semelhança ou analogia com o adjetivo “socialista”, com que os clássicos caracterizavam a ordem “democrática” da Ditadura do Proletariado. Com esse andar da carruagem, o vocábulo democracia ganhou conotações e hoje provoca ressonâncias ideológicas distintas das de um século atrás. Por essa razão, preferimos salientar o caráter burguês (por insuperável determinação ontológica) da democracia para, então, podermos chamar a atenção de que a ordem socialista, muito mais livre e muito mais liberta, é uma forma superior de organização da sociedade – ainda política, ainda estatal, ainda, portanto, alienada em alguma medida. Essa forma superior é a Ditadura do Proletariado, a qual deverá ser superada pelo comunismo. Para Marx, Engels e Lenin, a Ditadura do Proletariado é o conteúdo do adjetivo “socialista” na expressão democracia socialista. Melhor, nos nossos dias, evitar a expressão democracia socialista e empregar, em seu lugar, Ditadura do Proletariado. É, ao menos, uma forma que dificulta a contradição em termos que é a interpretação

Cadê os operários ?

Esse fundamento ontológico, histórico, da democracia, aliado à impossibilidade da constituição de germes do modo de produção comunista nos interstícios do capital, é o que faz da estratégia democrática uma mediação inviável quando se trata da acumulação de forças para a revolução proletária²⁸. O aprofundamento da democracia conduzirá apenas a uma democracia mais profunda, isto é, a uma liberdade ainda maior para o capital explorar o trabalho, a um domínio ainda mais intenso do fetichismo da mercadoria. O aprofundamento da emancipação política, para recuperar a expressão de Marx em *A questão judaica*, conduzirá apenas a uma emancipação política mais desenvolvida, jamais à emancipação humana (Tonet, 1999, 2002, 2005; Lessa, 2007, 2007b). O aprofundamento da democracia apenas pode fortalecer o poder do capital, nunca o oposto. A democratização da democracia resulta em mais democracia, jamais em comunismo. Por isso, com clarividência, argumenta Mészáros que o único trabalho que pode ter representatividade no Estado é o trabalho abstrato, isto é, aquele reduzido à mercadoria e que faz do seu possuidor o individualista guardião de mercadoria (Mészáros, 2002: 838).

Desconhecer essa determinação burguesa da democracia foi um dos maiores equívocos dos movimentos populares e da ala revolucionária do, para ser breve, movimento operário daqueles anos. Tal equívoco, todavia, não caiu do céu. Tinha bases sociais bastante sólidas. Era a perfeita expressão dos interesses da aristocracia operária que, naqueles anos, ainda buscava “um lugar ao sol” na ordem burguesa. A nossa aristocracia operária, por meio de suas lideranças históricas, reclamava da burguesia brasileira o que lhe era “natural” em toda “democracia avançada”: uma aliança com o grande capital que a elevasse aos “altos postos de comando do Estado”.

Política e ideologicamente, o movimento popular e o “novo sindicalismo” eram irmãos siameses. Não houve dificuldades para se articularem em um projeto comum de “aprofundamento da democracia” pela “maior participação dos trabalhadores” no Estado. A

reformista corrente da expressão democracia socialista, um socialismo com conteúdo democrático, isto é, burguês.

²⁸ Mészáros, em *Para além do capital*, é o autor que mais extensa e profundamente demonstra a razão dessa impossibilidade. O texto de Paniago (2012), sobre a incontrollabilidade do capital, trata de modo competente e introdutório essa tese do filósofo húngaro. Cf. tb. Melo, Paniago e Andrade, 2012. Sobre a relação entre história e ontologia, cf. Lukács, 1981: 34-7, 606-8; Lukács, 1990: 36-7, 51-2, 73, 90-99; Kofler, 2010; Lessa, 1996, 1999, 2005.

aristocracia operária recebeu do movimento popular uma legitimação que teve sua importância, principalmente, nas primeiras eleições da década de 1980. Cada espaço conseguido pelas lideranças petistas e cutistas em negociações com o patronato era aclamado como uma vitória dos trabalhadores e da luta – cada vez menos dita “socialista” e crescentemente caracterizada como uma luta por uma sociedade “mais justa”. Se esses “espaços” eram conquistados não por um recuo da burguesia, mas sim das lideranças sindicais; se quem acumulava forças era a burguesia, e não o proletariado, era algo que nem sequer estava em questão. Pois do que se tratava era da conquista de um lugar ao sol para a aristocracia operária e sua burocracia, tal como nos países imperialistas, ou, como se dizia, nos “países de democracia avançada”.

Há uma escala de crescente acomodação das lideranças da aristocracia operária às necessidades do capital: das Câmaras Setoriais às sucessivas negociações envolvendo demissões; dos estímulos dos sindicatos para que suas bases aceitassem os acordos de demissão voluntária, também através de cursos de empreendedorismo promovidos nas sedes dos próprios sindicatos; das pressões dos sindicalistas sobre os trabalhadores para que aceitassem a intensificação do trabalho inerente à “reestruturação produtiva” – à traição da greve dos Petroleiros de 1995 e ao apoio à reforma da Previdência de 2004. A superestimação da importância das instituições democráticas, dos processos eleitorais, dos sistemas burgueses de representação, esses e outros elementos da ideologia burguesa vão sendo “traídos” para o “ideário dos trabalhadores” (como se dizia na época). Tal aburguesamento foi acompanhado pela centralização burocrática e pelas sucessivas reformas dos programas e documentos estratégicos – tanto do PT quanto da CUT. Que o “novo sindicalismo” defendia, ontem como hoje, uma “sociedade cada vez mais democrática”, isto é, com uma “participação cada vez maior dos trabalhadores no Estado”, e pelos mesmos atos e nos mesmos instantes, defendia também sindicatos e partidos “dos trabalhadores” cada vez mais centralistas, autocráticos e burocratizados, não é sequer um paradoxo. Nesse discurso, “participação dos trabalhadores” significa, de fato, acesso da burocracia sindical aos órgãos do Estado.

Em se tratando das organizações sindicais e do movimento popular, a Constituinte foi o cenário ideal para que a concepção democrática, politicista e eleitoreira – mas ainda “radical” – dos anos de

Cadê os operários ?

1970-80 degenerasse em “cretinismo parlamentar”²⁹. Parte integrante da ideologia democrática é a “crença” segundo a qual uma “boa Constituição” faria deste um novo país. Nosso passado colonial, o complexo processo de formação da burguesia brasileira e do seu antagonista histórico, o proletariado – ao lado de outros traços “profundos” do Brasil contemporâneo –, seriam revogados se conseguíssemos inserir na nova Constituição institutos que favorecessem a participação e a iniciativa democrática das massas. Tudo seria decidido (a nosso favor!) pela eleição de “constituintes” e, portanto, era necessário disputar com a burguesia o voto das massas. Deveríamos adequar o discurso para conseguir o máximo dos votos – ainda que isso custasse não dizer *tudo* ao povo. Seria uma mera questão de tática dizer o que o eleitor queria ouvir e se calar sobre questões “delicadas” (comunismo, aborto, opressão da mulher, revolução, propriedade privada etc.). Conquistados os votos, venceríamos na Constituinte, via segura ao socialismo. Deveríamos fazer alianças com políticos burgueses e defendê-los junto “ao povo”, sempre que isso ajudasse e eleger “nossos” representantes. A propaganda revolucionária (Lenin), então, já fora substituída pelo oportunismo eleitoral.

Essa involução, que se expressou de modo concentrado na perda do caráter contestador do movimento popular e do novo sindicalismo, se aprofundou ao longo do tempo. Os movimentos popular e operário entraram nos anos de 1990 em um profundo refluxo nas cidades, deixando aberto o espaço que seria ocupado pelo MST. A reestruturação produtiva avançava, a desmobilização crescia na mesma velocidade do sucesso eleitoral das políticas neoliberais, primeiro na esteira do Plano Real de FHC e, na sequência, dos governos Lula. O PT negociava com a burguesia, Meneguelli beijava a mão de Collor, a CUT se rendia à FIESP. Os operários do ABC – na verdade, a aristocracia operária – vão se convertendo em base eleitoral do neoliberalismo e os avanços na Constituinte nem sequer resultaram em uma alteração para melhor da nossa tradicional má distribuição da renda, quanto mais na “Nova Democracia” que abriria o caminho ao socialismo. O restrito apoio popular obtido para a eleição dos constituintes se esgarçaria nas eleições seguintes.

Perdidos a base e o apelo populares, para ser vitoriosa a estratégia eleitoral precisava se “profissionalizar”, isto é, tornar-se burguesa não apenas no conteúdo, mas também na forma. Uma vez mais: o

²⁹ Esta é uma expressão de Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

importante era eleger parlamentares para aprofundar a democracia – mediação segura ao socialismo. O Parlamento vai se convertendo, nessa involução ideológica, no local privilegiado – e, depois, no único local – em que se faz Política (agora, com *p* maiúsculo)!

As vitórias de Pirro na Constituinte (o ECA, o SUS etc.) se completaram com a derrota de 1989 do PT ante Collor. A ala esquerda dos movimentos populares, da CUT e do PT, em vez de questionar os fundamentos dessas tantas e sucessivas derrotas, concluiu, como uma verdade revelada, que uma “boa” Constituição não era suficiente. Seria preciso ter “vontade política” para dar vida a ela! Trocando em miúdos, as (pretensas) vitórias na Constituinte apenas alterariam o país com a eleição de Lula à Presidência.

Adotada essa perspectiva, a esquerda estava desarmada nos seus confrontos com a burocracia sindical “autêntica” e com a camarilha dirigente do PT. Ao aceitar a tese de que tudo seria decidido pela eleição à presidência de Lula, a esquerda teve de aceitar como legítimo tudo o que fosse necessário para ganhar as eleições. O que incluía, entre outras coisas, a “profissionalização” do PT e da CUT – o aprofundamento da sua burocratização, do seu autoritarismo e a prática de “recursos não contabilizados”, como diria Delúbio – e uma disposição, declarada no discurso e efetivada na prática, de colaboração de classe. De anticapitalistas, o PT e a CUT preferem agora se apresentar como melhores administradores da ordem burguesa que os próprios burgueses (no que não estavam mentindo). Ao aderir à tese de que as “vitórias” na Constituinte só saíam do papel com a eleição de Lula, a esquerda estava irremediavelmente derrotada; a partir de então não era possível questionar, quanto mais se contrapor, ao caminhar à direita das lideranças da aristocracia operária brasileira. Os resquícios de radicalismo da estratégia revolucionária democrática dos anos de 1970 deveriam ser enterrados; um PT “profissional e competente”, corrupto e burocratizado, foi o resultado da vitória final do cretinismo parlamentar.

Papel importante na justificação ideológica nessa jornada para o regaço da burguesia tiveram as muitas e variadas teses que afirmavam (e ainda afirmam) que não há mais distinção entre os trabalhadores e proletários, bastaria ser assalariado para ser membro da mesma e única classe social “revolucionária”. Já tratamos em outros momentos dos graves problemas oriundos dessas teses para a compreensão da reprodução da sociedade burguesa – de como, das mais variadas formas, caminham ao idealismo tanto ao desvincular as classes sociais da reprodução do capital, quanto ao ampliar o trabalho, de intercâmbio material da sociedade com a natureza, às ati-

Cadê os operários ?

vidades de planejamento e concepção, de educação e de assistência social. Agora, devemos apenas chamar atenção a que, ao afirmarem não haver distinção entre o proletariado e os trabalhadores assalariados não proletários, ao postularem que todos os trabalhadores formam uma única e mesma classe social, essas teses caíram como uma luva para que a burocracia oriunda da aristocracia operária pudesse se apresentar à sociedade como representante de todos os trabalhadores. Não é preciso que nos estendamos a demonstrar o quanto tais teses auxiliaram a consolidação da colaboração de classe ao velar que se tratava da elevação ao poder do Estado, não da “classe trabalhadora”, mas dos burocratas da aristocracia operária, que, ao longo da história, têm sido fiéis aliados dos “versalheses” contra os “comunardos”.

A virada à direita “deu certo” e, quando Lula chegou à Presidência, uma enorme parcela da esquerda se emocionou como se fosse a vitória, afinal, da estratégia democrática dos anos de 1970. Uma parcela não tão grande aderiu ao poder.

Mais uma vez a história fez poucos das nossas ilusões – agora não mais tão militantes quanto no passado. A vitória do PT é a vitória, contra o trabalho, da aliança da aristocracia operária com o capital. Essa é a essência da derrota do projeto democrático dos movimentos populares e do “sindicalismo autêntico” que se pretendia revolucionário: impulsionou a colaboração de classes que hoje governa o país. A transição para a democracia conduziu a uma forma de controle da burguesia sobre os trabalhadores mais eficiente do que a ditadura. Muitos dos revolucionários do passado degeneraram em uma nova burocracia, ilustrada e moderna, alojada no Estado, nos sindicatos (hoje, paraestatais), na imprensa e nas universidades. E, também, na direção do que restou do movimento popular, com cada vez mais raras exceções. A derrota da geração dos movimentos populares é também – e essa é uma consequência que em parte poderia ser evitada por uma consciência mais elevada do processo – a degenerescência dos seus indivíduos. Muitos se converteram de “tribunos do povo” (Lenin) em “lacaios do capital” (perdoem a recaída nos anos de 1970). Lula, Genoíno, Delúbio e Zé Dirceu não são fenômenos isolados. Sobre isso, infelizmente, nem é preciso se estender.

A integração entre a aristocracia operária e o grande capital consumiu muito menos tempo no Brasil que na Europa e nos EUA. Há profundas razões históricas para esse “aceleramento da história”. O próprio fato de conhecermos tão tardiamente a industrialização permite que nos apropriemos de seus estágios mais avançados sem

termos de passar pelos estágios intermediários. A nossa estrutura de classes, com trabalhadores disciplinados e com parca tradição de lutas e revoltas; uma classe dominante capaz de manter uma aliança entre os latifundiários e os setores burgueses mais avançados (dado seu interesse comum de produção de mais-valia absoluta) e, desde sua gênese, associada ao capital internacional, tudo isso faz com que a acomodação da aristocracia operária ao capital não encontre nas lutas de classe qualquer obstáculo mais significativo. A debilidade histórica de nossa burguesia e a precocidade³⁰ de nossa aristocracia operária convergiram para fazer com que, por alguns anos, um camponês nordestino “que deu certo” ao se converter em operário fosse a individualidade mais bem talhada para conduzir essa colaboração de classe desde o Planalto.

Nossos sindicalistas sabiam qual o caminho a percorrer: tinham o “modelo” europeu e estadunidense para imitar³¹. Nossos burgueses também já sabiam o que havia dado certo nos países mais desenvolvidos. Além disso, não havia nada semelhante a um Estado de Bem-Estar para “ser desmontado”, e as nossas grandes centrais já surgiram filhas da reestruturação produtiva, já se organizaram no novo contexto e foram facilmente convertidas em instrumentos de controle sobre os trabalhadores e os proletários. Por fim, ao final da década de 1980, o fundamental da nossa esquerda já tinha sido cooptada pelo horizonte burguês e se convertia rapidamente em “parlamentar e eleitoreira”: nenhum acúmulo de forças para a revolução poderá vir desse horizonte burguês, como a história tem demonstrado já por décadas.

Em poucas palavras, a redemocratização teve também o efeito de reconhecer plenamente a cidadania da nossa aristocracia operária. A aliança de classe que se delineou entre ela e o grande capital se expressou na chegada de suas principais lideranças aos “altos postos de comando do Estado”. Os sindicalistas tomaram de assalto a República não porque os capitalistas perderam o poder, mas porque os sindicalistas são os agentes e fiadores da colaboração de classe entre a aristocracia operária, os setores assalariados não proletários e o grande capital. Daí a força do PT-CUT no governo federal.

³⁰ No sentido de que muito cedo demonstra capacidades ou habilidades próprias de crianças mais velhas ou de adultos.

³¹ Sem esquecer, claro, das verbas e recursos vindos da Europa e dos EUA: a aristocracia operária sabe reconhecer os seus e aos seus aliados em toda parte do mundo. Daí o “internacionalismo aristocrático proletário”.

Cadê os operários ?

Foi assim que surgiu a moderna democracia brasileira: por uma continuidade, nas condições contemporâneas, do nosso “passado colonial”. As coisas mudaram: somos hoje muito mais eficientes na produção de mais-valia e as classes dirigentes incorporaram ao Estado a burocracia oriunda da aristocracia operária. Dirige o país, hoje, uma aliança de classes que inclui, também e como sócio amplamente minoritário, os burocratas e a aristocracia operária. Contudo, as coisas permanecem as mesmas: continuamos sendo produtores de mais-valia a ser acumulada pelo grande capital internacional e seus sócios brasileiros (que, agora, incorporam também a burocracia sindical e partidária).

Capítulo V

Cadê a classe operária?

Temos, agora, os elementos imprescindíveis para responder à questão: cadê a classe operária?

Os valorosos militantes que queriam se aproximar da classe operária e que terminaram entrando na CUT e no PT já estavam, obviamente, inclinados a essa opção política e sindical mesmo antes de visitarem a montadora em São Bernardo. Aquele epidérmico contato com os operários só poderia resultar na adesão ao PT e à CUT. O fato de não questionarem como o desenvolvimento industrial havia produzido o processo de trabalho que ali assistiram – o fato de nem sequer se colocarem a questão de como são produzidos os componentes, as peças etc. que ali eram montados, nem também se questionarem como seriam produzidos os minérios, o carvão, a energia etc. que são parte da estrutura produtiva que se encerra nos carros – esse sério “esquecimento” de questões revela como já estavam ideologicamente predispostos ao passo à direita que terminaram dando. Sem nenhuma cerimônia, identificaram uma etapa da produção do carro com a totalidade do parque industrial do país, na mesma operação em que tomaram pela totalidade do proletariado alguns membros da aristocracia operária.

Caso se dirigissem com uma postura científica à porção da realidade que entraram em contato – os operários eram “quase engenheiros” de uma planta industrial muito moderna –, teriam que se

Cadê os operários ?

perguntar:

1) qual a porção da jornada de trabalho daqueles “quase engenheiros” destinada a pagar os seus salários? Qual a que se transforma em mais-valia? Veriam que a taxa de exploração, isto é, a proporção da riqueza expropriada pela burguesia, é muito mais elevada do que a média do restante da cadeia produtiva de automóveis.

2) Como tal elevada extração de mais-valia (a taxa de exploração) se tornou possível? Uma análise da cadeia produtiva que antecede o setor da fábrica que os militantes foram levados a conhecer revelaria uma quase infundável sequência de processos de trabalho articulados entre si: desde a produção das ferramentas e energia imprescindíveis à retirada do minério da natureza, sua conversão em aço de todos os matizes, até a fabricação das peças e componentes dos carros; desde a produção de ferramentas e energia sem as quais a retirada do petróleo da crosta terrestre e sua conversão final em peças de plástico e borrachas de muitas variedades, mais combustíveis e lubrificantes que entram na manutenção de todo o maquinário industrial; desde a produção das ferramentas e energia necessárias para converter os produtos agrícolas em tecidos e outros componentes etc. A análise desses processos de trabalho, muito diferentes no tempo e no espaço, revelaria a presença dos proletários “do Marx”: miseráveis, com jornadas monótonas, extensas e intensas, em escalas destrutivas do ser humano. Revelaria os operários dos quais o capital extrai a mais-valia absoluta.

3) Uma análise mais cuidadosa do real, em vez de uma rendição ao horizonte democrático, revelaria algo que Marx e Engels (e, depois, Lenin e muitos outros marxistas) já observaram: a submissão real do trabalho ao capital se inicia com a aristocracia operária, com a mais-valia relativa. O que eles tomaram pela totalidade da classe não passava da parte da classe que, entre os “comunardos” e os “versalheses”, tipicamente fica com os últimos. Como não tivemos nenhuma “Comuna” em nossa história, entre os petroleiros da greve de 1995 e o grande capital, ficaram com este; na greve dos funcionários públicos contra a reforma da Previdência (a grande negociata dos bancos no início do “lulismo”, em 2004), ficaram com o capital contra os trabalhadores. Um exame mais cuidadoso também revelaria o porquê de a estrutura sindical não ser capaz de organizar em luta os desempregados e demais setores proletários: um confronto em toda a linha com o capital é precisamente o que ameaça a colaboração da aristocracia e seus burocratas com o “patronato”. É preciso manter organizados os setores da classe dispostos à colaboração de classes e – ao mesmo tempo e pelos mesmos atos – manter desorganizados

e sem voz os demais setores, justamente os mais explorados e os desempregados. Todas as reformas sindicais propostas pelas grandes centrais têm, também, essa finalidade.

Independentemente da rendição ideológica que pautava a “busca pela classe operária” dos militantes que nos servem de exemplo, a questão está posta: se o proletariado é a classe revolucionária, por que, por tantas e tantas décadas, está ela afastada das grandes lutas de classe e não apenas no Brasil, mas no mundo todo? Cadê, enfim, a classe revolucionária que é o proletariado?

Do ponto de vista da reprodução material da humanidade contemporânea, a classe operária não apenas continua existindo, como ainda há fortes indícios de que está se tornando presente também nas áreas geográficas mais atrasadas. Há bons argumentos a sustentar a tese de que a expansão das relações de produção capitalista está substituindo os tradicionais camponeses e artesãos, com suas formas pretéritas de produção, pelo *agrobusiness* e pela produção industrial, gerando uma massa de novos proletários inédita pela localização e pela extensão territorial.

Além dos proletários tradicionais, já existentes na primeira metade do século 20, hoje contamos com núcleos proletários importantes na maior parte dos países periféricos do sistema (Filipinas, Brasil, Coreia, México, Índia, Tailândia, China, Vietnã, África do Sul, Irã etc.). Mesmo países como El Salvador, Costa Rica, Nicarágua e Uruguai, até recentemente produtores exclusivos de matérias-primas, passaram a receber investimentos estrangeiros para a estruturação de centros industriais significativos e, por vezes, para a produção de artigos que incorporam tecnologia avançada – não raramente em áreas industriais nas quais nem sequer as leis trabalhistas do país têm vigência. As condições de vida e trabalho são as piores³². As diferenças nacionais nas condições de vida e trabalho

³² A INTEL montou uma fábrica de *chips* para computadores na Costa Rica. Os uruguaios assistem, nesses dias em que escrevo, à montagem de uma área especial para a instalação de grandes multinacionais, com direito à extraterritorialidade. Ainda nesses dias, uma rebelião eclodiu em Bangladesh envolvendo os trabalhadores nas indústrias de confecção, que recebem um salário mensal de U\$ 38,00 (trinta e oito dólares americanos por mês!!) e estão em greve por um aumento de 77%, ou seja, que elevaria seus salários para pouco mais de... 67 dólares americanos por mês! Os dados indicam que a indústria de confecção de Bangladesh movimentava cerca de 22 bilhões de dólares anuais e emprega 4 milhões de trabalhadores. As condições de trabalho: um único acidente em uma indústria matou “mais de 1.130 pessoas”! (NYT, editorial “A living Wage in Bangladesh”, em 12 de novembro de 2013). Os exemplos são muitos. As “maquiladoras” gozam do

Cadê os operários ?

tendem a diminuir. Afinal, por todo o globo, são os mesmos capitais, com as mesmas formas de administração da força de trabalho e as mesmas tecnologias – não raramente produzindo os mesmos produtos. Apesar da diferenciação das formas de contratação nas últimas décadas (terceirização, precarização etc.) e da consolidação da distância entre a aristocracia e o conjunto da classe, as relações de produção em cada país cada vez mais se aproximam de uma média internacional imposta pelo mercado.

No interior dos países mais industrializados, duas tendências parecem estar predominando. Uma desindustrialização generalizada, em países como a Inglaterra, tem implicado a diminuição do proletariado e o crescimento dos trabalhadores de serviço – uma situação marcada pela forte concorrência pelos postos de trabalho entre os imigrantes e os nativos. Em outro extremo, em países como o Brasil, o México, a Índia, a Coreia e a China, a industrialização nos centros tradicionais está sendo complementada pela migração de plantas industriais, ou pela instalação de novas unidades produtivas, às regiões habitualmente atrasadas, de tradição agrícola ou extrativista. Os Estados Unidos parecem ocupar uma posição intermediária entre esses extremos, com uma forte desindustrialização em algumas áreas tradicionais (nordeste do país) e o surgimento de centros industriais em novas áreas (na Califórnia e no “Sul Profundo” – *Deep*

direito de extraterritorialidade nos países em que se estabelecem, quase sempre em territórios delimitados por cercas eletrificadas, com o regime de trabalho imposto diretamente pelas empresas, sem nenhuma mediação estatal. Nestes locais de trabalho, nem as leis do país nem os acordos internacionais possuem validade alguma. A segurança, neste caso, não é apenas para garantir a propriedade privada das indústrias, mas, também, para garantir o controle da força de trabalho submetida a níveis de exploração dos mais violentos. Na Colômbia, por exemplo, pelo assassinato sistemático das lideranças dos trabalhadores, a Coca-Cola conseguiu, “no espaço de uma década,” “reduzir o salário médio de 700 para 150 dólares por mês, e o número de trabalhadores com contrato regular de 10 mil para 500” (Uessler, 2008:152). Os absurdos continuam: o príncipe do basquete Michael Jordan ganhou mais (20 milhões de dólares) em 1992 para endossar os sapatos esportivos da Nike do que toda a força de trabalho de 30.000 indonésios que os produziu. O presidente (CEO) da Disney, Michael Eisner, ganhou mais de 200 milhões de dólares em ações e salários em 1996, quantia que, a 97.600 dólares por hora, chegou a 325.000 vezes o salário dos trabalhadores haitianos que produzem os pijamas e camisetas Pocahontas, Rei Leão e Corcunda de Notre Dame e que costuravam as orelhas do Mickey Mouse” (Ross, 1997:9). Vários movimentos de consumidores preocupados com as condições de vida e trabalho dos trabalhadores moveram ações e boicotes contra GAP, Yves Saint Laurent, Marisa (no Brasil) pela exploração considerada excessiva da força de trabalho, não raramente identificada com formas de escravidão.

South), ainda que seja muito mais significativo para a crise daquele país o efeito econômico da desindustrialização do que o das novas áreas industriais.

Não há indícios convincentes do desaparecimento – ou da queda do número absoluto – do proletariado como uma tendência predominante em todo o planeta. O oposto parece ser mais correto. A expansão de novas áreas de indústrias e a consequente formação de massas novas de proletários compensariam, com vantagem, os postos perdidos nos países capitalistas mais avançados. Se é verdade que, em alguns poucos lugares e países, há um processo de desindustrialização e de perda da classe operária, essa tendência está longe de predominar por todo o planeta. A função social do proletariado continua fundante do modo de produção capitalista: produz todo o capital; e isso se relaciona, com as devidas mediações, com o fato de que sem o trabalho que transforma a natureza não há reprodução social possível³³.

No Brasil, tivemos a formação da classe operária a partir dos anos de 1930. Depois de 1970, o desenvolvimento do proletariado se intensificou e ele ganhou novas características, concentrando-se em grandes massas nos polos industriais de São Paulo e Rio de Janeiro. Associada a esse processo, vivemos mais recentemente a formação de massas proletárias, ainda mais jovens, nas cidades do interior do país ou na “interface” entre o campo e a cidade. Tal como no passado fomos capazes de assimilar alguns dos traços mais avançados do fordismo e, depois, do toyotismo, pois desconhecíamos os entraves oriundos de uma industrialização antiga e consolidada, hoje somos capazes de assimilar os arranjos produtivos locais e a agricultura integrada num grau mais elevado que muitos países imperialistas. Algo como a agricultura integrada ou os arranjos produtivos locais é impensável, por exemplo, em inteiras áreas da França, da Inglaterra e da Alemanha, devido às tradicionais relações de propriedade aí estabelecidas desde o século 19. Nada disso ocorre em nosso país, mais uma razão para que seja o paraíso do capital internacional e de seus sócios internos.

Do ponto de vista objetivo, portanto, a classe operária não apenas não desapareceu, como ainda continua seu desenvolvimento; no Brasil, com uma provável expansão numérica e, seguramente, geográfica.

³³ A articulação entre trabalho e trabalho abstrato foi tratada em Lessa, 2011, 2012, 2007a, e Lessa e Tonet, 2012.

Cadê os operários ?

Sendo assim, por que o proletariado não entra na luta de classes como o inimigo mortal da burguesia que ele, de fato, é?

Porque vivemos as consequências de uma gigantesca derrota do proletariado que o incapacitou por toda uma geração a reagir revolucionariamente à crise estrutural do capital. Já vimos como o desemprego, a intensificação do trabalho e a degradação das condições de vida são as consequências necessárias da crise estrutural. A única resposta possível e viável aos trabalhadores, nessas circunstâncias históricas, é o confronto aberto e em toda a linha contra o capital: justamente a forma e o conteúdo da luta que a burocracia oriunda da aristocracia operária sabe ser sua inimiga mortal. É a aliança da aristocracia operária com o grande capital, que se expressa na ação castradora da potência revolucionária dos trabalhadores pelos sindicatos e partidos de origem operária, que garantiu (e ainda garante) ao grande capital colher os frutos dessa vitória. Os sindicalistas “tomaram o Estado”, e a estrutura sindical converteu-se em extensão desse mesmo Estado; por isso a burocracia oriunda da aristocracia operária pode, em nossos dias, cumprir melhor sua função cotidiana de coeiro da revolução.

Sem alternativas, os proletários e os trabalhadores encontram-se no beco sem saída de negociar o desemprego de seus camaradas e sofrer sucessivas piores das condições de vida e de trabalho. A negociação com o capital divide – não unifica – a classe, pois sempre e necessariamente ocorre ao redor da plataforma corporativa e economicista de cada setor dos trabalhadores. Quanto mais avançam a “reestruturação produtiva” e a crise estrutural, mais a concorrência entre os trabalhadores se intensifica e mais a classe operária se dissolve em profissões. A burocracia sindical e partidária age sobre essa tendência para intensificá-la e eternizá-la. Com essa ajuda, o capital pode, planeta afora e também no Brasil, impor as piores condições de vida e trabalho – ao mesmo tempo que intensifica a extração da mais-valia (com sua superior articulação entre a mais-valia relativa e absoluta) e concentra a riqueza em níveis nunca antes vistos. Lembremos: com o apoio ativo das centrais sindicais como a CUT, Força Sindical, Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e congêneres, e do PT, do PC do B e seus aliados.

No contexto da crise estrutural do capital, a derrota dos proletários e dos trabalhadores, articulada pela burocracia sindical e partidária que se encastelou no poder, lançou os trabalhadores de todo o mundo em uma trajetória cujo resultado é o que hoje vivemos: as melhores condições para o grande capital impor ao trabalho os custos da crise estrutural e, por isso mesmo, as melhores condições para

que o predomínio político e organizacional da aristocracia operária ocorra aparentemente sem maiores desafios ou questionamentos.

O proletariado não está desaparecendo, nem está em vias de desaparecimento. Sua paralisia política possui causas profundas, cujas raízes se estendem mesmo a antes da Revolução de 1917. A essência dessa paralisia é a aliança entre a aristocracia operária e o grande capital. Fundamentais para essa aliança foram o desenvolvimento e a ação da burocracia nos sindicatos e partidos que tiveram sua origem na luta dos trabalhadores.

E agora?

Sendo essa caracterização da classe operária no Brasil não inteiramente equivocada, o que fazer?

Há muito a ser feito, e as perspectivas são promissoras.

Há de se considerar, em primeiro lugar, que a massa de proletários e trabalhadores que surge a cada dia fora das áreas industriais mais tradicionais são porções muito recentes da classe; boa parte deixou o campo e a agricultura há poucas décadas, por vezes, mesmo, anos. São trabalhadores que não passaram pela “educação” ou “formação” típicas da social-democracia ou do stalinismo –, justamente por não terem maiores experiências de organização ou de luta. Suas condições objetivas de vida e trabalho os tornam menos permeáveis às negociações típicas da prática sindical burocratizada. Não apenas porque não são sindicalizadas, mas, principalmente, porque não podem manter seus empregos se a taxa de extração de mais-valia absoluta for significativamente minorada. É um setor do proletariado para o qual não há negociação que possa melhorar sua vida, justamente porque é produtor da mais-valia absoluta que está na base da reprodução de todo o capital. Por isso, a sua inexperiência, ao mesmo tempo que a torna fácil massa de manobra para as “velhas raposas sindicais”, também a faz mais explosiva na sua reação às duras condições de vida e trabalho.

Entre esse setor do proletariado e a aristocracia operária abre-se um antagonismo objetivo que, mudando o que deve ser mudado, reproduz no interior do proletariado o antagonismo entre o capital e o trabalho, entre os “comunardos” e os “versalheses”, no dizer de Lenin. Mais cedo do que mais tarde, esse antagonismo objetivo ascenderá à consciência – e os revolucionários precisam estar presentes e capacitados para retirar nas lutas de classes todas as consequências dessa elevação.

Cadê os operários ?

Em segundo lugar, para a paralisia operária também contribuiu um dos maiores equívocos da esquerda ao tratar da classe operária: o sistemático e persistente desconhecimento da contradição entre a classe e sua aristocracia.

Não que o reconhecimento dessa diferença seja uma novidade. Um rápido exame na literatura constatará como esse era um tema já examinado no século 19 (Jones, 1971:317-8, 335). Autores como Harrison (1965), Taylor (1960), Dutton (2002), Chomsky (1997:345), Lentin (1975:123-4, 118), James O'Connor (1973:22-3, 43-4), Tom Nairn (1964, 1964a, 1964b e 1965), Samir Amim (1977:107-8), Emmanuel (1972, 1974) etc. etc., consideraram o peso, a importância e influência político-ideológica da aristocracia operária; analisaram, com avaliações pela direita e pela esquerda, a aliança da aristocracia operária e sua burocracia com o Estado e os grandes capitais. Não raramente, a crítica à burocracia sindical e sua ação em eventos importantes como as greves de 1936 na França, de 1967 na Inglaterra, e novamente na França, de 1968, teve como fundamento a constatação de que tais ações desmobilizadoras possuíam sua base social na aristocracia operária. O curioso caso sueco, em que a social-democracia ficou no poder por mais de quatro décadas e meia, também é explicado por uma colaboração de classes semelhante nas condições específicas do capitalismo sueco (Korpi, 1980). Nada há de original nem de grande descoberta no reconhecimento das contradições entre a aristocracia e o restante do proletariado.

Todavia, do ponto de vista teórico, o último meio século assistiu a um curioso fenômeno. No momento em que a crise estrutural do capital tornou necessária, como nunca antes, a colaboração da aristocracia operária e seus burocratas para deslocar as crescentes contradições de todo o sistema – nesse momento exato, as teses centradas na análise da ação traidora da aristocracia operária são destinadas ao esquecimento pelas teses que reafirmam o fim do proletariado e sua fusão com a totalidade dos assalariados³⁴. Por que, no momento em que a colaboração de classes se tornou vital para o grande capital, não apenas é velado o papel, mas até mesmo a existência da aristocracia operária? Por que quando a aristocracia operária joga um papel de primeira ordem na reprodução do capital, ela desaparece das teorias e deixa de ser considerada?

³⁴ “Reafirmam” porque as teses acerca do desaparecimento do proletariado nas décadas de 1980 e 1990 são, quase sempre, repetições pouco modificadas das mesmas teses nas décadas de 1960 e 1970. Cf. Lessa, 2011, em especial a Parte I.

Como sempre em fenômenos ideológicos dessa ordem, vários fatores intervêm e com pesos diversos. Contudo, talvez o momento predominante desse esquecimento da aristocracia operária e de seu papel de aliada do capital decorra precisamente do seu papel fundamental na manutenção do *status quo*. O fortalecimento da aristocracia operária em países do Terceiro Mundo que se industrializavam e a nova aliança internacional que se fez possível entre os aristocratas proletários e seus burocratas do “Primeiro” e do “Terceiro Mundos” também podem ter exercido alguma influência nesse esquecimento. A CUT, para ficar no Brasil, agiu ativamente nessa área, aderiu à CIOIS (1992) e se aliou ao sindicalismo cristão. Nesses mesmos anos, as lutas camponesas ou assemelhadas tomaram a dianteira das lutas de classe quase sempre com o apoio da aristocracia operária e seus burocratas. Geraram, então, a ilusão de que uma nova aliança operário-camponesa estaria em marcha. Fenômenos como os zapatistas, o MST no Brasil, a Via Campesina, a Taxa Tobin, o ATAC, o Fórum Social Mundial etc. aparentavam a muitos que uma acumulação revolucionária de forças estava sendo realizada com a participação das organizações sindicais. Ledo engano, como a história em poucos anos demonstrou. Os movimentos camponeses seriam isolados pelo próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção, e os sindicatos e partidos que os apoiavam (ao menos formalmente) já estavam domesticados pelo capital e sob o sólido controle das aristocracias operárias locais.

Nesse contexto, não foi difícil nem à burocracia sindical e partidária, nem à burguesia e seus complexos ideológicos como a universidade e a imprensa, esquecerem-se da distinção entre os “comunardos” e os “versalheses” no interior dos operários. Com tal esquecimento, os principais aliados da burguesia contra os trabalhadores, os burocratas, podiam se apresentar como representantes da totalidade dos trabalhadores nas sucessivas rendições ao capital que são as rodadas de negociação. Em nome de todos os trabalhadores, legitimam a efetivação de tudo o que é peculiar à “reestruturação produtiva”, bem como combatem tudo que ameaça a colaboração de classes.

Esse “esquecimento” - deve estar claro - não foi, apenas, um grave erro teórico. Corresponde aos interesses do capital e da aristocracia operária. Muito cedo, portanto, esse “esquecimento” foi tematizado na universidade. A derrota política dos proletários, que os paralisaria por uma geração, foi elevada à condição universal do futuro: a classe operária estaria se fundindo com todos os assalariados e, por essa via, estaria desaparecendo. Pela esquerda, essa tese

Cadê os operários ?

teve sua formulação mais consistente em Ricardo Antunes, com a sua proposição da classe-que-vive-do-trabalho³⁵. Por muitos anos, essa foi uma das teses cultivadas pela aristocracia operária encas-telada na CUT. Era a “prova” de que entre bancários, professores, funcionários públicos e proletários não haveria mais distinções; todos pertenceriam à mesma classe social. Os setores mais à esquerda, minoritários, que tentavam manter indivíduos oriundos do proletariado na direção com a esperança de evitar o prosseguimento do alinhamento da CUT ao grande capital, foram “ultrapassados” por teses “mais atualizadas” e “mais contemporâneas”, que afirmavam o fim da distinção entre proletários e demais assalariados. Tanto no movimento operário quanto na universidade, criticar a burocracia sindical a partir da oposição entre o proletariado e sua aristocracia foi se tornando cada vez mais raro.

Assim, na academia, nos sindicatos, na imprensa e nos partidos, o debate passou a ser acerca da existência da classe operária – e a luta contra a aristocracia operária e seus burocratas nem sequer foi tematizada.

O equívoco não poderia ser maior. A luta por um posto na estrutura sindical, no parlamento ou no Executivo era (e é) identificada com a disputa pela liderança das “classes trabalhadoras”. Os atuais burocratas, pelegos em tempos neoliberais, são de fato confundidos com representantes da totalidade dos operários e trabalhadores. Nem ao menos são consideradas tarefas tão importantes quanto a organização prática e a luta ideológica pelas massas proletárias que se multiplicam na base de todo o sistema: todas as energias são canalizadas para a ocupação de cargos na estrutura sindical e política do *status quo*. Como o uso do cachimbo faz a boca torta, anos dessa prática converteram em burocratas mesmo aqueles que, antes, eram seus críticos.

No polo mais à direita desse debate, prevaleceu a concepção de que entre capital e trabalho há uma relação de complementaridade

³⁵ Basta uma rápida comparação com autores do mesmo período, como Lojkin, Schaff, Alan Bihl, Negri, Lazzarato e Hardt (os proponentes da tese do trabalho imaterial), para se constatar a superioridade e a maior consistência das teses de Antunes. Isto porque: 1) seu ponto de partida é uma ampliação do trabalho para além do intercâmbio material com a natureza; 2) desse ponto de partida, teoriza como as atividades de concepção e de organização da produção teriam se integrado à “nova morfologia do trabalho”; 3) de 1) e de 2), deduz que o critério decisivo na distinção das classes sociais seria o assalariamento. Por mais questionável que seja esse percurso teórico, é mais consistente que as fantasias dos autores citados como exemplo nesta nota (Lessa, 2011, 2004a).

pela qual o próprio desemprego gerado pela crise abria novas e fantásticas possibilidades para que os trabalhadores se convertessem em empresários. Tudo o que foi utilizado, inclusive no interior dos sindicatos, em recursos materiais e propagandísticos para iludir os trabalhadores, nem sequer precisa ser mencionado.

Pode ser interessante nos lembrarmos do que ocorreu com o PCB, no passado. Sua forte inserção no aparelho sindical nos anos de 1950 e 1960 terminou por levá-lo a ser o principal aliado dos pelegos quando o “sindicalismo autêntico” passou a organizar a CUT e novos sindicatos. O PCB estava convencido de que a luta deveria ser “por dentro” da estrutura sindical pelega, pois tomava os pelegos como os representantes dos trabalhadores. Naqueles anos os pecebistas eram os arautos da “unidade” – ao redor dos pelegos, bem entendido. Hoje, esse mesmo papel é cumprido por parte da esquerda vinculada ao PT, além, claro, dos atuais pelegos, os dirigentes sindicais dos nossos dias. Já que pretendem falar em nome de todos os trabalhadores, suas organizações deveriam ser o espaço em que a disputa política pela direção das lutas seria legitimamente travada. O controle desse espaço, contudo (tal como nos sindicatos pelegos do passado), está tão solidamente nas mãos da burocracia que é mais prática a criação de novas formas de organização do que reformar as velhas. Tal como na década de 1980, um novo levante das lutas de massa fará brotar como cogumelos depois da chuva novas formas, antes imprevisíveis e, por isso, impossíveis de ser controladas “pelos de cima”, de organizações de luta dos operários e trabalhadores. Os pelegos então, tal como no passado, ficarão com suas organizações, mas sem seguidores, e desaparecerão da história. Sem que ao menos o proletariado tenha de se dar ao trabalho de cavar a cova dos pelegos, como será imprescindível fazer com a classe dominante.

Hoje há um enorme e promissor campo de trabalho para uma esquerda revolucionária, comunista. Uma massa proletária, pelo interior do país e pela periferia dos grandes centros, produz a mais-valia absoluta, sem a qual o sistema do capital não pode girar (e sem a qual a aristocracia operária não pode produzir a mais-valia relativa que lhe cabe na ordem das coisas). Os burocratas sindicais e partidários pouco podem oferecer a essa massa. Bolsa família e assemelhados, não muito mais, nas localidades mais atrasadas. Não há espaço econômico para concessões do capital a esses operários – o que restringe a eficácia de controle da burocracia operária. Os centros urbanos já estão se convertendo em zonas de guerra. Para que essa guerra receba um conteúdo de classe proletário, ao menos

Cadê os operários ?

uma das condições imprescindíveis, a maciça concentração de proletários, está dada.

A interiorização da classe operária abre, ainda, novas possibilidades. Tanto ao capital quanto aos revolucionários. Ao primeiro, fornece uma força de trabalho sem experiência de luta e com parca formação política. Quase sempre são pessoas ainda marcadas pelas relações de poder das áreas do interior do país e com forte presença de oligarquias. Provém daí a docilidade com que tais operários têm acatado, até o momento, a exploração que lhes é imposta.

Para os revolucionários, por outro lado, esses novos proletários significam que a base de apoio da contrarrevolução, os camponeses pobres e dominados pelos oligarcas, está sendo extinta. O antagonismo entre o capital e o trabalho proletário substitui a antiga relação do camponês com o proprietário da terra: a revolução proletária passa a contar com uma base social sólida mesmo nos locais mais atrasados. O quanto isso é potencialmente importante em uma crise de proporções revolucionárias é difícil de ser exagerado. Vai facilitar a destruição dos setores “interiorizados” das classes dominantes. Dos Arranjos Produtivos Locais, como em Toritama; da agricultura integrada, como na produção avícola e de suínos no sul do país; das indústrias como a Sadia em Toledo (PR), Grandene no Ceará – passando pela destruição da propriedade camponesa e pela generalização do *agrobusiness*. Há muito mais o que fazer na propaganda e organização da revolução do que tomar postos nos sindicatos ou eleger parlamentares. Há todo um proletariado à nossa espera. A ele, contudo, apenas poderemos chegar se formos capazes de identificar entre os inimigos do proletariado a burocracia sindical oriunda da aristocracia operária. Enquanto tivermos ilusões acerca dessa burocracia e de sua estrutura organizativa nos sindicatos e nos partidos, seremos fáceis presas do capital e de seus aliados.

A classe operária está aí, em nossa vida cotidiana. A aristocracia operária, também. Enquanto perdurar o longo período contrarrevolucionário³⁶ em que estamos imersos pelo menos desde os anos de 1950, é provável que também tenhamos o domínio da aristocracia operária e de seus burocratas sobre o proletariado; a colaboração de classes e não o confronto com o capital tenderá a ser a “feição” cotidiana dos proletários. Em contato com essa aparência, podemos

³⁶ No preciso sentido de que as soluções típicas dos conflitos sociais tendem a ser aquelas aceitáveis para a reprodução do capital, e não as soluções revolucionárias.

a ela sucumbir e entrar na CUT ou no PT – ou podemos investigar que está por trás desta aparência e agir sobre a realidade a partir do que descobriremos.

Há toda uma classe operária à espera dos revolucionários. A questão, hoje, é se os revolucionários terão a consciência e a organização imprescindíveis a essa tarefa ou se, pelo contrário, manter-se-á a continuidade predominante de nossa história desde 1500; se a luta de classes será capaz de quebrar o capital ou se, pelo contrário, o “velho” engolirá “o novo” e os trabalhadores continuarão a ser oprimidos pelo capital. Esse é o dilema da atual geração de revolucionários que está nascendo nas ruas, nos locais de moradia e de trabalho: serão leis à aristocracia operária e sua burocracia ou participarão, junto com a massa de proletários, da luta contra o capital e todos os seus aliados?

Os próximos anos darão a resposta a essa questão.



Bibliografia

- Allen, V. L. (1971) *The sociology of industrial relations*. Longman, Londres.
- Amin, S. (1977) *Imperialism and unequal development*. Monthly Review Press, Nova Iorque.
- Bandeira, M. (1980) *O ano vermelho*. Civilização Brasileira, Ed., São Paulo.
- Basbaum, L. (1986) *História Sincera da República* (vol. 1 a 4). Alfa-Ômega, Editora, São Paulo.
- Bihl, A. (1998) *Da grande noite à alternativa*. Boitempo, São Paulo.
- Carone, E. (1989) *Classes sociais e movimento operário*. Editora Ática, São Paulo.
- Cêa, G. S. S., Murofose, N. T. (2008) *Associação dos Portadores de LER (AP-LER) na luta pelo direito dos trabalhadores de frigorífico do Oeste do Paraná*. In Tumolo, P. S., Batista, R. L. Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global. Maringá: Práxis.
- Chasin, J. (1977) A 'politização' da totalidade: oposição e discurso econômico. Revista Temas de Ciências Humanas, Grijalbo, São Paulo.
- Chasin, J. (1978) *O Integralismo de Plínio Salgado*. Ed. Ciências Humanas, S. Paulo.

- Chasin, J. (1989). A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio*, 17/18, Ed. Ensaio, São Paulo.
- Chomsky, N. (1997) *Deterring Democracy*. Hill and Wang, Nova Iorque.
- Claudin, F. (2012) *A crise do movimento comunista*. Ed. Expressão Popular, São Paulo.
- Danos, J. e Gibelin, M. (1972) *Juin 1936* (tomos I e II). Petite Collection Maspero, Paris.
- Dutton, P. V. (2002) *Origins of the French Welfare State*. Cambridge University Press, New York.
- Emmanuel, A. (1972) “White-Settler Colonialism and the Myth of Investment Imperialism”. *New Left Review*, n. 85, Londres.
- Emmanuel, A. (1974) “Myths of Development versus myths of Underdevelopment”. *New Left Review*, n. 85, Londres.
- Engels, F. (2010) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. Expressão Popular, São Paulo.
- Gemelli, D. D. (2011) *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: o frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. Dissertação Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.
- Glyn, A. e Sutcliffe, B. (1972) *British Capitalism, workers and the profits squeeze*. Penguin, Londres.
- Harrison, R. (1965). *Before the socialists*. Routledge & Kegan Paul. Londres.
- Heather, P. (2006) *The fall of the Roman Empire*. Oxford University Press, Nova Iorque.
- Heck, F. M. (2013) *Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)*. Dissertação de Mestrado, Geografia, Unesp.
- Ianni, O. (1968) *O colapso do populismo no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira, São Paulo.
- Jones, G. S. (1971) *Outcast London: study in the relationship between classes in Victorian Society*. Oxford, England.
- Kofler, L. (1997) *Contribución a la historia de la sociedad burguesa*. Ed. Amorrurtu, Buenos Aires.

- Kofler, L. (2010) *História e dialética*. UfrjEditora, Rio de Janeiro.
- Korpi, W. (1980). *The working Class in Welfare Capitalism. Work, unions and politics in Sweden*. Routledge & Keagan Paul, Londres.
- Lentin, A.-P. (1975) *Politique d'aujourd'hui*. Ed. Association politique d'aujourd'hui en Europe. Paris.
- Lessa, S. (1996) Lukács: ontologia e historicidade. Revista Transformação, v. 19, Unesp, São Paulo.
- Lessa, S. (1999) *Notas sobre a historicidade da essência em Lukács*. Revista Novos Rumos, v. 30, São Paulo.
- Lessa, S. (2004a) *Uma praga de fantasias*. Rev. Praia Vermelha, Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ.
- Lessa, S. (2005) *História e ontologia: a questão do trabalho*. Crítica Marxista, n. 20, editora Revan, R. de Janeiro.
- Lessa, S. (2007a) *Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho*. Edufal, Maceió.
- Lessa, S. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição, Ed. Cortez, São Paulo.
- Lessa, S. (2012) *Mundo dos Homens*. Instituto Lukács, São Paulo.
- Lessa, S. (2013) *Capital e Estado de Bem-Estar – o caráter de classe das políticas públicas*. Instituto Lukács, São Paulo.
- Lessa, S. e Tonet, I. (2012) *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. Instituto Lukács, São Paulo.
- Lukács, G. (Vol I, 1976, Vol II, 1981) *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Ed. Rinuti, Roma.
- Lukács, G. (1990) *Prolegomini all' Ontologia dell' Essere Sociale*. Ed. Guerini e Associati, Milão.
- Mandel, E. (1964) *After Imperialism?*. *New Left Review*, n. 25, Londres.
- Marx, K. (1974) *Crítica do programa de Gotha in Marx, K. e Engels, F. Crítica dos programas socialistas de Gotha e Effurt*. Porto, Portugal, s/ editora.
- Marx, K. (1978) *Salário, preço e lucro*. Textos 3, ed. Sociais, S. Paulo.
- Marx, K. (1979) *Miséria de la Filosofia*. Ed. Progressio, Moscou.

Cadê os operários ?

- Marx, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol. I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.
- Marx, K. e Engels, F. (2009) *A ideologia alemã*. Ed. Expressão Popular, São Paulo.
- Marx, K. (2010) *Da questão Judaica*. Expressão Popular, São Paulo.
- Mészáros, I. (2002) *Para além do capital*. Boitempo, São Paulo
- Melo, E., Paniago, C., Andrade, M. (orgs.) (2012) *Marx, Mészáros e o Estado*. Instituto Lukács, São Paulo.
- Miliband, R. (1969) *The State in capitalist society – an analysis of Western system of power*. Weidenfeld and Nicolson, Londres.
- Nairn, T. (1964) *The nature of the Labour Party 1*. *New Left Review*, n. 27, Londres.
- Nairn, T. (1964a) *The nature of the Labour Party 2*. *New Left Review*, n. 28, Londres.
- Nairn, T. (1964b) *The English Working Class*. *New Left Review*, n. 24, Londres.
- Neli, M. A. (2006) *Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola*. Dissertação de Mestrado em Medicina Social. Unesp, ribeirão Preto.
- O'Connor, J. (1973) *The fiscal crisis of the State*. St. Martin Press, Nova Iorque.
- Paniago, C. (2012) *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. Instituto Lukács, São Paulo
- Perlo, V. (1963) *Militarism and Industry*. International Publishers, Nova Iorque.
- Pinheiro, D. (2008) *O consultor*. Revista Piauí, n. 16, Rio de Janeiro.
- Piore, M. e Sabel, C. (1984) *The second industrial divide*. Basic Books, Nova Iorque.
- Rodrigues, H. (2009) *Trabalho e assistência social: estratégias de reprodução da força de trabalho o município de Toritama/PE*. Dissertação de Mestrado, Pós-Grad. Serviço Social, UFPE.
- Ross, A. (1997) *No Sweat, Fashion, free Trade and the Rights of Garment Workers*, Verso, London.

- Salvadori, M. (1979) *Karl Kautsky and the Socialist Revolution 1880-1938*. New Left Books (NLB), Londres.
- Skazkin, S. D. (2013) *Problemas fundamentais da segunda servidão na Europa Central e Oriental. Seguido de imprescindível comentário de Pedro Leão da Costa Neto, Comentários bibliográficos sobre a segunda servidão na Polônia*. Rev. Crítica Marxista n. 36, Edunesp, São Paulo.
- Tavares, M. A. (2004) *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. Ed. Cortez, São Paulo.
- Taylor, C. (1960) *What's Wrong with Capitalism?* – 1. *New Left Review*, n. 2, Londres.
- Tonet, I. (1999) *Liberdade ou democracia?*. Edufal, Maceió.
- Tonet, I. (2002) *A questão do socialismo*. HDD Livros, Curitiba.
- Tonet, I. (2005) *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ed. Unijuí, Ijuí, R. G. do Sul.
- Tonet, I.; Nascimento, A. (2009) *Os descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo.
- Uessler, R. (2008) *Servants of war – private military corporations and the profit of conflict*. Soft Skull Press, Berkeley, Estados Unidos

LIVROS PUBLICADOS PELO INSTITUTO LUKÁCS
www.institutolukacs.com.br

Abaixo à Família Monogâmica – Sérgio Lessa

Educação Contra o Capital – Ivo Tonet

Individuo e Sociedade: Sobre a Teoria da Personalidade em Georg Lukács – Gilmaisa Macedo Costa

Marx, Mészáros e o Estado – Edivânia Melo, Maria Cristina Soares Paniago (Org) e Mariana Alves de Andrade

Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital – Maria Cristina Soares Paniago

Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social – Sérgio Lessa

Proletariado e Sujeito Revolucionário – Ivo Tonet e Sérgio Lessa

Racismo e Alienação: Uma Aproximação à Base Ontológica da Temática Racial, Ulber B. Silva

Serviço Social e Trabalho: Porque o Serviço Social não é Trabalho – Sérgio Lessa

Sobre o Socialismo – Ivo Tonet

Trabalho, Educação e Formação Humana Frente à Necessidade Histórica da Revolução – Edna Bertoldo, Luciano Accioly Lemos Moreira e Susana Jimenez

Uma “Nova Questão Social”? Raízes Materiais e Humano-Sociais do Pauperismo de Ontem e Hoje – Edlene Pimentel

Sobre el Socialismo (Espanhol) – Ivo Tonet

Método Científico uma Abordagem Ontológica – Ivo Tonet

“Livro” Didático: a Simplificação e a Vulgarização do Conhecimento – Maria Lúcia Paniago

Trabalho e Tempo ee Trabalho na Perspectiva Marxiana – Artur Bispo Dos Santos Neto

Estética e Ética na Perspectiva Materialista – Artur Bispo Dos Santos Neto

Capital e Estado de Bem-Estar: O Caráter de Classe das Políticas Públicas – Sérgio Lessa

Lançamentos 2014

Cadê os Operários - Sérgio Lessa

Marx e a Divisão do Trabalho no Capitalismo - Liana Barradas

Universidade, Ciência e Violência de Classe - Artur Bispo Dos Santos Neto

Lukács: Ontologia e Alienação - Norma Alcântara

A Necessidade da Educação Física na Escola - Rosângela Mello

O Revolucionário e o Estudo - Sérgio Lessa

Anuário Lukács - 2014

Conversando com Lukács – Entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz (Coleção Fundamentos)

ANOTAÇÕES







